



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo

### ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA (27ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;  
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos três dias do mês de setembro do ano dois mil e dezoito realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Vigésima Sétima (27ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Relação da Matéria, datada de 31 de agosto de 2018. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (09), Maria Helena Scudeler de Barros (10), Moacir Genuario (11), Orivaldo Aparecido Magalhães (12), Samuel Nogueira Cavalcante (13), Sônia Regina Rodrigues (14), Tiago César Costa (15) e, ausentes, Luiz Roberto de Souza Leite (16) e Marcos Antonio Franco (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Cristiano Gaioto, para que procedesse a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Vigésima Sexta (26ª) sessão ordinária, realizada em 26 de agosto de 2018, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada, pelos Vereadores Jorge Setoguchi e Cristiano Gaioto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Cumprida dita providência, o Presidente deu ciência à Casa e submeteu à apreciação do Plenário, na forma do inciso I do artigo 156; combinado com os artigos 81, I, "a", e 167, todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), o Requerimento nº 413/2018, de Justificativa de Falta, por doença, conforme atestado médico anexo, do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, para a Vigésima Quarta (24ª) sessão ordinária, realizada que foi, no dia 13 de agosto de 2018, pedido que foi aprovado, unanimemente, pelos vereadores presentes. Ato contínuo, o Presidente comunicou que o Requerimento nº 407/2018, de Justificativa de Falta, por doença, conforme atestado médico anexo, do Vereador Luiz Roberto Souza Leite, aprovado, na última sessão, em 27 de agosto de 2018, cobria também, a sessão, em curso. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 414/2018 - Assunto: Requeiro informações do Executivo sobre a possibilidade de que haja alteração legislativa acerca do parcelamento da Dívida Ativa que atualmente é de até 12 meses, estendendo para 24,36 ou 48 parcelas, além de inserir os débitos existentes quando do lançamento do carnê de IPTU e dá outras providências. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 415/2018 - Assunto: REQUER-SE AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, INFORMAÇÕES JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE, ACERCA DO PROCESSO REFERENTE AO EMPRÉSTIMO DE 19 MILHÕES PARA INFRAESTRUTURA. Autoria: SÔNIA REGINA



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

RODRIGUES. Requerimento Nº 416/2018 - Assunto: Requeiro informações do Executivo acerca do funcionamento do serviço odontológico de emergência, número de profissionais, horários e número de atendimentos na UPA. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 417/2018 - Assunto: REQUEIRO INFORMAÇÕES SOBRE A QUANTIDADE DE DEFESAS APRESENTADAS NOS AUTOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM DEVIDO AO ENORME NÚMERO DE NOTIFICAÇÃO VIA JORNAL OFICIAL. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 418/2018 - Assunto: REQUEIRO AOS CORREIOS INFORMAÇÕES SOBRE A QUANTIDADE DE DEVOLUÇÕES DOS AUTOS DE INFRAÇÃO DE TRANSITO E COMUNICADO DE MULTAS NO MUNICÍPIO NOS ÚLTIMOS 90 DIAS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 419/2018 - Assunto: REQUEIRO INFORMAÇÕES SOBRE O VALOR ARRECADADO COM INFRAÇÕES DE TRÂNSITO NO ÚLTIMO TRIMESTRE E RELATÓRIO DE UTILIZAÇÃO DO MESMO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 420/2018 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 63/2018 QUE SOLICITAVA RECUPERAÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA E DO PARQUE INFANTIL NO EUGÊNIO MAZON. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 965/2018 - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito, Carlos Nelson Bueno que, por meio da secretaria competente, refaça, o mais breve possível, a sinalização de solo da rua Santos Dumont, em especial, faixas de pedestres e indicação de valeta na via. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 966/2018 - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito, Carlos Nelson Bueno que, por meio da secretaria competente, reforce a sinalização de solo da faixa de pedestre e parada obrigatória na esquina da rua Alberto Ferreira Nobre x rua Santos Dumont, no Aterrado. Autoria: GERALDO



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 968/2018 - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito, Carlos Nelson Bueno que, por meio da secretaria competente, sejam feitos estudos para possível mudança de trânsito na rua Guararapes, no Tucura, possibilitando que volte a ser mão dupla, como era antes. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 969/2018 - Assunto: Solicito ao Sr. Prefeito, Carlos Nelson Bueno que, por meio da secretaria competente, sejam instalados dispositivos de controle de velocidade nas proximidades de cruzamentos de vias que ficam perto do Lago Lavapés. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 970/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA PAPA JOÃO XXIII, LOCALIZADA NO BAIRRO VILA MELLO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 971/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA OCTÁVIO CERRUTI, LOCALIZADA NO BAIRRO VILA MELLO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 972/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA ORLANDO PACINI, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 973/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA AV. CAPITÃO JOÃO GONÇALVES TEIXEIRA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM BRASÍLIA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 974/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA RENATO FERREIRA PORTO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM BRASÍLIA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 975/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA VICTOR SALVATO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM BRASÍLIA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 976/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA BENEDITO RODRIGUES DE MORAES, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM BRASÍLIA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 977/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA DONA CARLOTINHA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM PANORAMA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 978/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA FRANCISCO VICENTE SIMOSO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA ANA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 979/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA JOÃO MANTOVANI, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 980/2018 - Assunto: Solicito ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente que, providencie Operação Tapa Buracos e/ou Recapeamento Asfáltico na Rua



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Castro Alves no Linda Chaib Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Indicação Nº 981/2018 - Assunto: Solicito ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente que, providencie Operação Tapa Buracos e/ou Recapeamento Asfáltico na Rua Paulo Naressi no Linda Chaib Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Indicação Nº 982/2018 - Assunto: Solicito ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente que, providencie Operação Tapa Buracos e/ou Recapeamento Asfáltico na Rua Amélia de Camargo Azevedo no Linda Chaib Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Indicação Nº 983/2018 - Assunto: Solicito ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente que providencie a troca de lâmpada na Rua Professor Aristides Gurjão. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Indicação Nº 984/2018 - Assunto: Solicito ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente que, providencie Operação Tapa Buracos e/ou Recapeamento Asfáltico na Rua Francisco Dias Reis na Vila Dias Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Indicação Nº 985/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE LIMPEZA NOS ARREDORES DA EMEB ANA ISABEL DA COSTA FERREIRA NO SEAC. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 986/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE INSTALAÇÃO DE RAMPA DE ACESSO NA CRECHE MICHELE LUCCON, NO SEAC. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 987/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE REPAROS NO PASSEIO PÚBLICO DA CRECHE MICHELE LUCCON, NO SEAC. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 988/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE ESTUDOS PARA A INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE REDUÇÃO DE VELOCIDADE NA RUA PANAMÁ NA VILA DIAS. Autoria: LUIS ROBERTO



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

TAVARES. Indicação Nº 989/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar com urgência a limpeza e retirada de entulho na Estrada Orlando de Arruda, Bairro Cachoeira de Cima. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 990/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA JOAQUIM FIRMINO, LOCALIZADA NO CENTRO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 991/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Trânsito e Secretaria de Obras e Planejamento: estudos quanto a viabilidade de ser implantada “lombada” em frente ao condomínio residencial, localizado na Estrada Orlando de Arruda, Bairro Cachoeira de Cima. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 992/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas e/ou reator no endereço Rua José Fortuna, poste em frente ao nº 324, Chácara São Marcelo. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 993/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas e/ou reator no endereço Rua Presidente Campos Sales, poste em frente ao nº 161, Bairro Santa Cruz. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 994/2018 - Assunto: Indico ao Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente a revisão da área de estacionamento rotativo pago, denominado "zona azul", excluindo o trecho "T10C" descrito no Decreto nº 7570/2017.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 995/2018 - Assunto: INDICA-SE AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, UMA VEZ APROVADO O EMPRÉSTIMO DE INFRAESTRUTURA, HAVENDO POSSIBILIDADE QUE BENEFICIE OUTROS LOCAIS TAMBÉM. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 996/2018 - Assunto: Indico ao Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente a imediata manutenção do pavimento asfáltico à Rua Augusto Lovo, 26, Jardim Longatto. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 997/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA RACHIDE AJUB ANDARE, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA HELENA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 998/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA ANGELINO MARIOTONI, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA HELENA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 218/2018 - Assunto: MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, PROPOSTA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MICHEL TEMER, ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Autoria: CINOÊ DUZO. Moção Nº 220/2018 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS PARA OS, PROFESSORES LEANDRO AMARAL E VICTOR SANTAMBRÓSIO PELAS CONQUISTAS NOS TORNEIOS DE FUTSAL CATEGORIAS SUB 8 E SUB 12, SAGRANDO-SE CAMPEÃO E NA CATEGORIA SUB 10 VICE-CAMPEÃO. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nº 221/2018 - Assunto: VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO DIA DA NUTRICIONISTA COMEMORADO NO DIA 31 DE AGOSTO DE 2018. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Moção Nº 222/2018 - Assunto: VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS A TODOS OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE FOI COMEMORADO EM 01 DE SETEMBRO DE 2018, EM ESPECIAL AOS PROFESSORES DE NOSSA CIDADE. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Moção Nº 223/2018 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO TIRO GUERRA - TG 02-023 MOGI MIRIM PELA SOLENIDADE COMEMORATIVA DO ANIVERSÁRIO DE 101 ANOS DE CIVISMO E CIDADANIA DESTA HONROSA INSTITUIÇÃO E DO DIA DO SOLDADO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 1198, 1201, 1202, 1203, 1204, 1205, 1206, 1207, 1208, 1209, 1210, 1211, 1212, 1213, 1214, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1220, 1221, 1223, 1224, 1225, 1226, 1227, 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233, 1234, 1235, 1236, 1238, 1239, 1240, 1241, 1242, 1243, 1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1250, 1251, 1252, 1253, datados de 22, 23, 24, 27, 28 e 29 de agosto de 2018, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, José Augusto Francisco Urbini, respectivamente, respondendo as seguintes proposituras: Indicação nº 514/2018; Indicação nº 886/2018; Requerimento nº 887/2018; Requerimento nº 344/2018; Requerimento nº 328/2018; Indicação nº 201/2018; Indicação nº 814/2018; Indicação nº 285/2018; Indicação nº 348/2018; Indicação nº 350/2018; Indicação nº 410/2018; Indicação nº 429/2018; Requerimento nº 161/2018; Indicação nº 667/2018; Indicação nº 729/2018; Requerimento nº 294/2018; Indicação nº 503/2018; Indicação nº 776/2018; Indicação nº 728/2018; Indicação nº 368/2018; Indicação nº 373/2018; Indicação nº 527/2018; Requerimento nº 354/2018; Requerimento nº 355/2018; Requerimento nº 368/2018; Requerimento nº 223/2018; Indicação nº 875/2018;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Requerimento nº 320/2018; Requerimento nº 039/2018; Indicação nº 863/2018; Indicação nº 1510/2017; Indicação nº 211/2017; Indicação nº 784/2017; Indicação nº 1336/2017; Indicação nº 1341/2017; Indicação nº 1342/2017; Indicação nº 1392/2017; Indicação nº 1540/2017; Indicação nº 465/2017; Indicação nº 523/2017; Indicação nº 275/2017; Requerimento nº 694/2017; Requerimento nº 695/2017; Indicação nº 852/2017; Indicação nº 1626/2017; Indicação nº 844/2018; Requerimento nº 369/2018; Indicação nº 874/2018; Indicação nº 359/2018; Indicação nº 361/2018; Indicação nº 598/2018; Indicação nº 799/2018, desta Edilidade; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados); Carta, datada de 31 de agosto de 2018, subscrita pelo ex-presidente da Câmara, Ademar de Barros, “agradecendo teor da Moção de Pesar, que lhe fora encaminhada, pela Edilidade Mogimiriana, em virtude do falecimento do irmão, Sérgio Barros”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros: “Senhor Presidente, senhora vereadora, senhores vereadores, público aqui, presente, e imprensa. Muito boa noite! Todos os senhores vereadores, receberam do chefe de gabinete, do senhor prefeito, José Augusto Francisco Urbini, uma manifestação, do senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno. Deve-se, aliás, uma manifestação minha, porque a Câmara Municipal, na pessoa do Vereador Tiago Costa, encabeçou um requerimento de convite à irmandade da Santa Casa, na noite do dia 30. Esta manifestação minha é de cumprimento a esta Casa, porque realmente, houve um movimento, um movimento de atenção, um gesto de gentileza, um gesto democrático, do senhor Prefeito Municipal, e eu vou ler o que o senhor Prefeito Municipal envia ao senhor provedor da irmandade da Santa Casa de Mogi Mirim:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

“Considerando a audiência pública, ocorrida, em 30 de agosto de 2018, às 19:00, na sede da Câmara Municipal de Mogi Mirim, em que se discutiu a situação financeira da Santa Casa de Misericórdia, e a possibilidade da municipalidade repactuar um convênio com a mesma, para a realização de cirurgias eletivas; considerando ainda, que a entidade está, em débito, com relação ao convênio anterior de eletivas, em 160 cirurgias, fato este confessado, pela mesma; considerando a necessidade de zerar a fila de cirurgias eletivas, que foi causada, pela própria entidade, que de forma reiterada, descumpriu os convênios anteriores; considerando ainda, que a própria Santa Casa de Misericórdia, na audiência pública, realizou proposta oral de pagamento parcelado das cirurgias, em atraso, mediante a realização de 100 cirurgias, por mês, sendo, 40, para pagamento dos atrasados, e 60, pós pagas pela municipalidade; considerando que ficou acertado, que a entidade encaminharia, por escrito, a referida proposta, sendo a mesma, protocolada, na data de hoje, segunda-feira; na data, de hoje, o Município, ponderando, sob todos os aspectos, notadamente acerca do interesse público, em ver as cirurgias realizadas, sem deixar de apreço, ao controle das verbas públicas, apresenta, neste ato, a seguinte proposta formal, para análise: o Município estaria disposto a celebrar, com esta entidade, um convênio, pelo período de 12 meses, para a realização de cirurgias eletivas. A meta, de referido convênio, seria a realização de 80 cirurgias, por mês, com o pagamento sendo realizado somente após a confirmação da realização das mesmas. Nos primeiros quatro meses de convênio, embora devam ser realizadas 80 cirurgias, por mês, é certo que somente haveria o pagamento de 40 cirurgias, de forma que pudessem haver, neste período, a compensação de 160 cirurgias, que o Município detém, em crédito, com a entidade. Transcorridos os primeiros quatro meses, com a plena realização das metas e a compensação integral das cirurgias, em débito, a entidade passaria a receber, integralmente pelas 80 cirurgias mensais previstas até o final do convênio. Por imprescindível, reiteramos, que o pagamento à entidade,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

somente se dará mês a mês, com a realização de todas as cirurgias contratadas, para o período, primordialmente, para garantir ao Município e aos órgãos de controle externo, que não haverá o incremento de cirurgias, em débito, bem como, permitir a devida compensação, somente a partir da confirmação da realização das cirurgias. Ainda informamos que o valor das cirurgias será o mesmo praticado nos demais credenciamentos. Mogi Mirim, 03 de setembro de 2018. Carlos Nelson Bueno, prefeito Municipal. José Augusto Francisco Urbini, Chefe de Gabinete, e Rosa Ângela Iamarino, Secretária de Saúde”. Eu acredito que é um passo importante que o município faz, dá. E sobre a complexidade das cirurgias, foi a minha pergunta, ao chefe de gabinete, e ele disse, que isto será após a proposta enviada, o acerto, entre a Santa Casa e a municipalidade. Muito obrigada”. A seguir, com a palavra, o Vereador Moacir Genuário: “Boa noite presidente, vereadores, vereadoras, povo presente, a imprensa, que nos assiste. Primeiramente, queria enaltecer o trabalho do nosso colega de partido, Vereador Tiago, pela audiência, que nós tivemos aqui, que foi uma audiência muito proveitosa. A nobre vereadora já citou. Na realidade, foi de uma extrema importância o que nós realizamos, porque nós colocamos as duas partes e essas duas partes conversaram, analisaram, embora, hoje, nós recebemos um comunicado, e também, hoje, de manhã, conversei com o provedor da Santa Casa, Milton Bonatti, e eu tinha dito a ele: “Milton, vocês não responderam, vocês não mandaram nenhum comunicado, para a prefeitura, até agora, falando nenhuma proposta”. Ele me disse, que faria reunião com os médicos, na parte da tarde, para tomar uma decisão. Então, eu acho, que a gente tem que ter um pouco mais de cautela, nesse acordo, porque, pelo que ele me falou, que os médicos iriam decidir alguma coisa, embora eles fizeram uma proposta aqui, a proposta foi aceita, pela prefeitura, até facilitando, porque, no início, eles pediram 100 cirurgias e a prefeitura só exigiu 80, mas eu acredito ainda, que exista muita lenha a queimar nesse assunto também. Eu espero, realmente, que eles cumpram o que eles pediram aqui,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

que eles tenham capacidade e, com esse acordo, a Santa Casa possa começar a sair do sufoco. Uns dois meses atrás, eu tinha dito aqui, a respeito da Viação Fênix, porque eu quase fui atropelado, nas Chácaras Sol Nascente, e, sábado, teve atropelamento lá, o cara passou, quase arreventou o ônibus lá. Então, eu acho que a Viação Fênix tem que tomar cuidado, chamar os motoristas, porque eles estão andando, em alta velocidade, e, se é um garoto, que está andando, na rua, que está de bicicleta, com certeza, seria um atropelamento, com fatalidade. Pegou o carro, arreventou, estragou com o carro, mas eu acho, que a Viação Fênix tem que se precaver, nesse sentido, porque lá, onde nós moramos, onde eu moro, que é o Sol Nascente, é estrada rural, é estrada de terra, mas, e é por isso mesmo, a necessidade de ter uma velocidade bem amena, uma velocidade, que não traga perigo, principalmente, a essas crianças, porque as crianças andam, na rua, brincam, na rua, andam de bicicleta, na rua, e, sábado, nós tivemos uma batida muito feia lá. E eu gostaria que todos os vereadores se atentassem aos requerimentos, que nós estamos votando, nós já chegamos a votar requerimento aqui, pedido de requerimento, com as obras já realizadas. Já foram realizadas obras e há pedido de vereador e a gente vota, porque nós não votamos contra o requerimento. Tem projeto, que vai ser votado, e tem requerimento pedindo informações a respeito do projeto de lei, que nós vamos votar ainda, então, eu acho que nós temos que nos atentar um pouco mais, para os requerimentos, que nós votamos, porque, às vezes, passa batido. A gente está acostumado e passa batido. Chegou requerimento aqui, cuja obra já estava realizada, entendeu?! Então, que nós vereadores atentássemos um pouco melhor aos requerimentos, que estamos votando”. Dando continuidade a palavra, o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: “Senhor presidente, boa noite! Membros da Mesa, caros senhores vereadores, público presente, povo de Mogi Mirim, boa noite. Está aí, senhor presidente, o Executivo Municipal, abrindo as portas, para o entendimento, com a Santa Casa. Vejo, que há boa vontade, por parte do Executivo, e não vejo muito mais o



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

que se discutir sobre o assunto. Senhor Presidente, nesta noite, não apresentei nenhuma indicação, mas eu queria falar sobre um assunto muito importante, senhor presidente, trata-se do emprego. E, através desse canal, passar uma informação para a população de Mogi Mirim, e quem sabe até, para fora dos limites da cidade. Senhor Presidente, como congressista, participei de um congresso, em São Paulo, na sexta-feira passada. Fui surpreendido, por algumas informações, as quais eu julgo de suma importância, para o povo de Mogi Mirim. Muitos pais, muitas mães e muitos jovens me perguntam, qual especialidade de faculdade deveriam fazer, para o futuro. No congresso, fomos falar, ouvir e debater sobre o assunto da Indústria 4.0, senhor Presidente. O que é a Indústria 4.0, ou indústria de quarta geração? É a indústria, onde tudo será automatizado, informatizado, e onde pouco se precisará da mão de obra. Fui surpreendido, com imagens, que me deixaram um tanto quanto assustado, porque muitas pessoas viram, no passado, um filme, chamado “Eu Robô”, e pude observar, que aquele robô já está em profunda evolução, e que só falta, agora, para essa máquina, senhor Presidente, o tato. Porque o robô conseguiu desenvolver o processo de abaixar, levantar, pegar, retirar, de um lugar, e colocar, em outro, e isso nos preocupa muito. Volto a dizer que, nas três últimas décadas, nós tivemos uma evolução, um tanto quanto brutal, porque, na década de 80, tivemos o lançamento de um celular, aqui, no Brasil, que era o “DPC 640”, que era do tamanho de um tijolo. Logo no início da década de 90, surgiu o “Startac”, da Motorola, um celular que possuía menos da metade do tamanho do DPC 640. Chegamos nos dias de hoje, com um equipamento, que transforma computadores, em obsoletos, porque o celular, hoje, está fazendo tudo, haja vista que, hoje, as maiores empresas do planeta, não são empresas, algumas produzem alguma coisa, como produto acabado, mas a maioria é da tecnologia da informação. As primeiras são: a Google, a Apple, a Microsoft e o Facebook. Então uma dica para os jovens: vão para a Tecnologia da Informação, porque eu, com 52 anos, de idade, estou me sentindo obsoleto, e é



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

bem provável, que, no futuro, não exista mais isso aqui. Então, esta é a minha fala de hoje, seu presidente. Muito obrigado. Boa noite! O próximo a fazer uso da palavra foi Vereador Samuel Nogueira Cavalcante: “Boa noite, senhor presidente. Boa noite, senhores vereadores, vereadoras, público presente e imprensa. É muito interessante esta proposta do prefeito, se ele fosse um homem de credibilidade. Por quê? Porque ele está dando um prazo, para a Santa Casa, propondo um acordo, mas não diz que aceitou a proposta, para as cirurgias, que fossem de baixa complexidade, ou seja, se eles indicarem outros tipos de cirurgias, a Santa Casa quebra de vez. No entendimento, porque deveria estar no documento, vereadora, porque a Santa Casa mandou uma proposta a eles, elencando, exatamente, tantas cirurgias de tal procedimento, e a prefeitura não citou nada disto. Agora, se a prefeitura encaminhar para a Santa Casa procedimentos de alta complexidade, o que vai acontecer? Quebra-se as duas pernas da Santa Casa, de vez. Concordam?! Então, vai mandar o filé, para Artur Nogueira, e vai deixar o grave aqui, o que custa alto, é isto?! Isto aqui tem a aparência de bom, mas não está efetivado, como uma coisa boa não. Isto aqui me preocupa, e muito, sinto o cheiro de politicagem do senhor prefeito nisso. Ontem, nosso deputado, Barros Munhoz, esteve ali, no Sobradinho, e, num discurso, ele disse, que ele conseguiu o empréstimo de 28 milhões de reais, para a Santa Casa. Carlos Nelson mente, assim como o deputado, parceiro, mente também, e onde está esse empréstimo? Para aonde foi esse dinheiro? Porque ele disse isso, em alto e bom tom: “conseguimos 28 milhões, para a Santa Casa, e hoje ela deve o dobro”. O que é isso?! O deputado foi Presidente da Assembleia Legislativa, e tem a cara de pau, de falar isso, para a população, para a comunidade. O que eles estão pensando de Mogi Mirim? Que o povo, aqui, é idiota, imbecil?! Vamos ter que fazer uma moção de repúdio e desmenti-lo?! Me preocupa muito a posição da prefeitura, porque eu vejo, claramente, o interesse em prejudicar a entidade. Pior do que o mal, é a aparência de ser bom, e isso tem a aparência de bom, mas não é. Até aonde



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

nós vamos com isso? Hoje eu fui almoçar, na casa dos meus pais. Todas as segundas-feiras almoço, com a minha mãe, costumo chegar lá, meio dia, quinze minutos, para meio dia. Hoje eu atrasei, cheguei lá, uma hora e quinze. Abri a porta e minha mãe estava sentada, no chão. Ela tem quase 80 anos, tem Parkinson, uma série de problemas. Tomei um choque e perguntei: o que aconteceu? Ela me disse, que não tinha acontecido nada, que escorregou e caiu e não teve forças, para se levantar, e fazia uma hora, que ela estava sentada ali, porque não conseguia se levantar. Eu a levantei e a coloquei, na cama, e fiquei pensando: “E se fosse algo mais sério?!” Para onde iria levar a minha mãe? E se ela tivesse quebrado a bacia, e se tivesse acontecido alguma coisa mais séria? Concordam? É uma senhora, e de idade avançada. Senhores vereadores, nós temos que abrir os olhos e temos que defender nosso único hospital. Não dá para aguentar balela, do senhor Prefeito. Ele tem que mandar propostas concretas, sérias, tudo discriminado, passo a passo. Não dá mais, nessa altura do campeonato, ele maquiar um texto, com parágrafos, deixando tudo efêmero, e falar: “agora nós vamos resolver o problema”, mas não vai! Reclamações, na UBS, na UPA, e daqui a pouco, os vereadores vão discursar sobre a UPA, problemas, com dentistas, que um outro amigo vereador colocou. Já vi, que acabaram de colocar, no nosso grupo de vereadores. Faz noventa dias, que não tem dentista, no Parque do Estado II. O que nós estamos fazendo, com a saúde, senhor Presidente? O que está acontecendo? Na segunda fala, eu volto. Muito Obrigado”. Com a palavra, a senhora vereadora Sônia Regina Rodrigues: “Boa noite, Mesa, boa noite, vereadores, boa noite, vereadora, público, aqui presente. Eu quero, primeiramente, dar parabéns aos guardas municipais, através da pessoa do Vereador Presidente Manoel Palomino, pois hoje é o Dia dos Guardas Municipais. Os guardas municipais são, na minha opinião, um trabalho tão atuante, que eles acabam sendo mais fortes que os policiais, nas ruas, porque são maioria nos municípios. A primeira, sempre, em efetivo, é a Guarda Municipal, depois a Polícia Militar, e, só depois, vem a Polícia



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Civil. O que me faz admirar e cumprimentá-los, hoje, é devido a forma, que eles têm, de bom senso, nas ruas. Muitas vezes, agem como psicólogos, mecânicos, para prestarem socorro às pessoas. Agem, como ambulância, para socorrer uma pessoa acidentada, caída, atropelada, socorrer até mesmo, dentro dos lares. Então, a todos os guardas municipais: quero cumprimentá-los, com muito carinho, e parabenizá-los, pelo dia de vocês. O segundo assunto. Eu quero falar sobre a saúde também. Referente ao dentista, eu vi, que o Vereador Gerson fez requerimento, e quero parabenizá-lo, por isso. O Parque do Estado II, há mais ou menos uns dez dias – eu estive lá, e fazia quase noventa dias, que não tinha atendimento da dentista, devido a um aparelho, que estava quebrado. Então, a funcionária está comparecendo, está trabalhando, está recebendo, quer fazer o trabalho, mas não consegue executar. Eu já reclamei sobre isso, e não sei, se nesses dez dias, para cá, foi consertado, mas sei, que a data estava chegando perto de noventa dias, sem atendimento. Referente à proposta, que o senhor prefeito mandou, hoje, da nossa reunião, que tivemos aqui, na quinta-feira passada, eu achei muito interessante, pois foi o vereador Tiago Costa quem promoveu o nosso encontro. A Santa Casa sugeriu 60 cirurgias pagas, contra 40, a serem compensadas, pelo atraso. A proposta do Senhor Prefeito veio pela metade, 40 e 40. Como é proposta, eu creio que ela possa ser reavaliada e discutida, e até mesmo ser melhorada, na questão dos números e com intenção de saber, quais os tipos de cirurgias, para não correr o risco, às vezes, de uma ou duas cirurgias quebrarem todo o restante, porque sabemos, que tem cirurgias, que possuem um custo mais elevado, do que uma cirurgia de catarata e outras, mais simples. Fiquei contente, pelo fato, do prefeito ter mandado uma proposta, ou seja, ele estava mostrando interesse, em querer conversar. Agora, queria falar sobre um outro fato, que aconteceu, hoje. Aquilo que eu tanto temia, que eu falava aqui, para vocês. Muita gente aqui, não tem dinheiro, para pagar médico particular, muita gente, que não tem convênio, é o caso da minha casa, nós usamos o SUS. Hoje, pela manhã, eu tive a surpresa das



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

seis e meia da manhã, minha filha, tomando café, ela gritou para mim, dizendo que não estava bem. Falou: “Mãe, socorro, eu não estou bem”. Eu estava deitada. Cheguei, na cozinha, ela estava com a cabeça abaixada, estava comendo sucrilhos, com leite. Eu já vi os dedinhos dela, todos roxos na ponta, a mão dela branca, e com gotas de água no rosto dela, ela transpirando, com a cabeça abaixada, falando para mim: “Mãe, eu não estou bem! Me socorre! Eu não estou bem! ”. Ela disse, que estava com dor, na barriga, e a levei até o banheiro e ali soltou o intestino dela, a urina, e eu já tenho curso de socorrista, sei a preocupação, que é isso, e, imediatamente, nós fizemos o contato, com o SAMU, e me perguntaram, se eu tinha a medicação, em casa. Eu disse, que eu tinha um pouco de conhecimento, do que fazer, naquele momento, e, então, ela foi medicada, em casa mesmo, pelo medicamento, que eu tinha. Eles pediram para eu ir, o mais rápido possível, procurar um atendimento médico de urgência. Coloquei minha filha, no carro, eu toda descabelada. Coloquei a primeira roupa e corri, para a UPA. Para a minha surpresa, cheguei na UPA, só tinham três pessoas: uma, em pé, na porta, e duas outras, sentadas. Graças a Deus, nenhuma emergência, tudo tranquilo. Vi, de imediato, a enfermeira, que faz triagem, na porta, e me dirigi a ela, com a Júlia, andando têmula, e falei, para ela: “minha filha não está bem, a pressão dela está alta”. Ela respondeu: “faz a ficha, senta e espera, que a gente chama”. Eu disse: “você não entendeu, ela está com pressão alta, porque verifiquei, quando estava, em casa, e, no aparelho, estava 16, por 10”. A enfermeira falou assim, para mim: “então, porque você não medicou?”. Eu falei: “porque eu fui orientada, pelo SAMU, a buscar um atendimento. E ela já recebeu um medicamento, em casa, mas fui orientada a vir até vocês”. Ela não atendeu, eu peguei a minha filha e coloquei na frente dela, ela não estava atendendo ninguém, estava supertranquilo, coloquei a minha filha sentada, de frente, com ela, voltei, para o balcão, para fazer a ficha da minha filha. Pediram os documentos e eu estava até sem carteira, sem nada, porque, na hora que eu saí, com o carro, a minha



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

prioridade era a minha filha. Eu liguei o alerta do carro e fui a milhão, e mesmo assim, fizeram a ficha. Somente na hora, em que a ficha foi impressa, na mesa, dessa atendente, dessa secretária, foi que ela colocou, para verificar a pressão da minha filha. Ela verificou e minha filha já estava, com 18, por 10, com 136 de batimentos cardíacos. Uma moça, de apenas 23 anos, sem histórico de hipertensão. Ela viu aquilo e, na hora, já se calou, porque viu, que não era uma ceninha, nem brincadeira, o mal-estar dela. Ainda assim, ela pediu, para que minha filha sentasse lá fora. Presidente, eu peço a gentileza, para concluir isso. Minha filha voltou lá, fora, sentou-se, novamente, e eu fiquei aguardando, até que o médico a chamasse. Passaram-se oito, dez minutos, eu vi, que não a chamavam, e eu vi, que o caso dela era sério, pelas mãos frias dela, os dedinhos roxos. Então, eu peguei, abri a porta e entrei. Estava vazia a UPA, um funcionário vindo, ao meu encontro, e eu perguntei a ele: “quem é o médico de hoje?” E sabem o que ele respondeu, para mim? Disse: “senhora, é troca de plantão, não tem médico agora, aqui, eles estão chegando”. Daí, eu peguei meu celular e comecei a tirar foto, abrir as portas, das salas, e tirei foto, tudo vazio. Onde tinha pacientes, está registrado, no meu celular. Daí, um médico, que estava indo embora já, porque o horário dele era sete horas, já tinha concluído o trabalho dele, ele voltou à unidade, para atender a minha filha. Medicou-a, com um comprimido, embaixo da língua, e a colocou, no soro, com a medicação, para baixar a pressão. Eu coloquei o assunto, no nosso grupo de vereadores, e liguei para a Secretária Rosa Iamarino, só que ela não me retornou. Muito diferente, de quando tínhamos a Secretária Rose Silva, que me atendia, de madrugada, que me atendia, de domingo, e me retornava as ligações. Achei muita falta, porque, se a Rose tivesse me atendido, eu não estaria aqui, agora, falando com vocês, porque eu acho que certos tipos de problemas se resolvem, com quem tem poder, e a Rosa tinha poder, para resolver isso. Agora, pasmem. Além da Rosa não me retornar, sabe o que uma funcionária disse? Que faltou para a minha filha ali? Eu já socorri vários presos, gente, já



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

socorri várias pessoas, e problemas cardíacos, todos. Até quando eu fui atendida, era sempre pedido aquele exame de sangue, de queratinina, que é normal pedir, e eletrocardiograma. Só, que não foi pedido, para a minha filha, o exame de sangue, e não sei falar o motivo, para vocês, aqui, mas eu vou falar para vocês, qual foi o motivo, porque a minha filha não fez um eletro, a hora que chegou lá. Sabe qual foi, Vereador Tiago? Sabe o que foi, Vereadora Maria Helena? Eles não tinham fita. Se colocassem a minha filha, no aparelho, não tinham como pegar o exame. Na Santa Casa, está faltando tudo, concordo, precisa melhorar, mas a crise de Mogi Mirim prova, que o problema não é só na Santa Casa. A saúde geral de Mogi Mirim está doente. Então, gente, está o rasgado falando do remendado, e eu acho, que as partes deveriam se sentar e começarem a costurar as roupas e consertá-las. Minha filha não fez o eletrocardiograma, por falta da fita, e não sei e não posso falar o porquê de ela não ter feito o exame de sangue, que é tão comum a se fazer, quando alguém chega, com a pressão tão alta, dentro de uma Santa Casa, dentro de um atendimento de emergência. E eu vou procurar, por meios próprios, e já procuramos, hoje. Minha filha ainda está, em repouso, mas eu sinto, pela população. Então, já que a Secretária Rosa não me atendeu, estou mandando, para ela, agora, tudo sobre o que aconteceu, e espero, que ela tome providências. Dentro da UPA, consegui falar, com a assistente social, que foi muito solícita, muito educada. Ela reconheceu as falhas de atendimento, disse que seriam consertadas, e eu acredito nisso, que serão consertadas sim, porque foi bem compreendido. Tem uma funcionária, que falou para mim: “você está assim, porque foi com a sua filha”. E eu nem respondi, para ela, porque ela não me conhece. E eu quero dar a resposta aqui, na tribuna: procure saber um pouquinho sobre quem é a Sônia. Eu já briguei, gente, por atendimento de qualidade, para presos. A pessoa, quando está doente, não me interessa quem seja, porque emergência é emergência, vida é vida. Quem julga as pessoas, diante de erros, de crimes, é o juiz, não somos nós. Então, eu fiz aquilo



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

pela minha filha, como eu tenho feito, com todos os mogimirianos, quando venho, nesta tribuna, e questiono a saúde. Eu espero, que isso seja corrigido, pois estou decepcionada, com a saúde de Mogi Mirim. Decepcionada! Obrigada, senhor presidente”. A seguir, usou da palavra o Vereador Tiago César Costa: “Boa noite, senhor presidente, nobres colegas vereadores e vereadoras, público presente, imprensa e internautas. Eu também tive ciência dessa proposta, que veio até o nosso conhecimento, pelo Chefe de Gabinete, Guto Urbini, que entregou, para cada um de nós, nesta noite, essa proposta, vinda do senhor prefeito Carlos Nelson Bueno. A Vereadora Maria Helena expôs a situação e eu penso, que cabe a nós, o que nós fizemos, aqui, na quinta-feira última, ou seja, levarmos as partes ao diálogo, porque, quem assina o convênio e pode fazer alguma coisa, pela Santa Casa, neste momento das cirurgias eletivas, é o Prefeito Municipal e sua Secretária de Saúde. O que foi colocado aqui, Vereador Samuel. O senhor não estava, na quinta-feira, mas foi colocado, pela Santa Casa, ela fez a proposta, de que ela poderia fazer 60 cirurgias e pagar 40, e isso foi colocado, pela Santa Casa, como uma proposta, para a prefeitura. E aí a contraproposta do prefeito foi esta: eles fazerem 40 e serem pagas mais 40, entendeu? Ah sim. Eu falo assim, pelo menos, o que vai determinar a complexidade, vai ser na hora de firmar o convênio. Isso aqui, não é um convênio, é apenas uma proposta. Daí, no convênio, acho que virá detalhado, quais são os procedimentos e qual será a complexidade deles. Até entendendo a sua preocupação, mas, é que foi falado, pela Santa Casa, que fez essa proposta, para o município. Então, a gente ficou naquela situação: ouvimos as partes e tentamos chegar num consenso. Porque, se a Santa Casa, que fez esta proposta para o município, não a fizesse, e o prefeito não aceitasse esse tipo de proposta, a Santa Casa poderia ficar sem nada, então, é preferível que ela faça 40 cirurgias, do que ela fique, sem nada. Agora eu não sei como que vai ser feito, porque o hospital já está quebrado, com 53 milhões de reais, em dívidas, então, vamos pensar também, por esse lado. Então,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

vamos falar assim, até o senhor tem razão, na questão de Barros Munhoz. Eu também fiquei muito indignado, com esse empréstimo, que veio. Ele veio, foi gasto, de uma forma, colocaram, quem queriam lá, gastaram o dinheiro e, depois, sumiram os administradores, os quais administravam esse dinheiro. Então, eu também acho, como foi feito, também sou contrário ao descaso, descaso, para com o dinheiro, que veio, desse empréstimo, da Caixa Econômica Federal. Mas, deixar bem claro, aqui, que a Santa Casa propôs isso, ao governo municipal. Quem estava aqui, ouviu isso, em alto e bom tom, eles falaram que fariam 60 e pagariam mais 40, do que estava atrasado. E aí veio essa resposta do Senhor Prefeito, falando de 40, para eles fazerem 80, e pagarem mais 40, do que eles devem. É interessante também, porque, os médicos estão preocupados, com o recebimento dos seus salários, funcionários da entidade também estão preocupados. Então, é importante deixar isso claro, que a Câmara está tentando, de uma forma, com diálogo, com base, na democracia mesmo, conciliar as partes e a gente já vê, que isso aqui é um resultado bom, sim! Porque era zero, para a Santa Casa, e nada iria para lá, e nós vemos a tentativa de, pelo menos, 80 cirurgias. Eles vão pagar 40, durante alguns meses, e, depois, vão receber 80, logo, depois que eles pagarem o que devem, e vão receber os 80, integralmente. Eu vejo um passo, que foi dado, pelo Poder Executivo, por conta da pressão, da Câmara Municipal, e estávamos aqui, salvo engano, em dezesseis, ou quinze vereadores. Dois vereadores não estiveram na reunião, o Chupeta e o Vereador Samuel. Então, eu vejo, que foi um passo, que, juntos, demos e fizemos, com que as partes se conversassem e até firmassem esse novo convênio, independentemente, de qualquer coisa, por uma entidade, que não iria participar de nenhuma cirurgia eletiva, e já tem 80 cirurgias, para poder participar, então, foi avanço. E, hoje, também, nessa semana, nós ficamos, em contato direto, com o Ministério das Cidades e com a própria Prefeitura, para que esse projeto, que será votado, hoje, de empréstimo, de dezenove milhões de reais. Ele é um requisito do necessário,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

no Ministério das Cidades. E o que acontece, é que nós vemos aqui, que nós precisamos desse financiamento, para poder fazer as obras no Parque das Laranjeiras, e o Ministério das Cidades nos falou, que precisava de alguns itens, e, isso, nós já alinhamos, e o governo municipal disse, que até quarta-feira, esses itens estariam na Caixa Econômica Federal. Da Caixa Econômica Federal seguirá para o Secretário Nacional, do Ministério das Cidades, para o aval final, a fim de que esse empréstimo chegue e os projetos do Laranjeiras e Murayama I possam dar resultado, para nós. O projeto do Laranjeiras está dentro do projeto, que vamos votar, hoje, mais um requisito. Então, eu não vejo necessidade de vereador fazer requerimento, para depois colocar, na Internet, e falar, que foi ele quem conseguiu. Eu acho, que é importante a gente, aqui, trabalhando, com transparência, com aquilo, que cada um faz, mesmo porque, o que eu mais vejo são pessoas querendo pegar carona, nas ações, que os outros fazem aqui, nesta Casa de Leis”. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Alexandre Cintra: “Excelentíssimo senhor Presidente, Mesa Diretora, senhoras vereadoras, senhores vereadores, público presente, imprensa. Boa noite a todos! Bom, meu discurso aqui, hoje, não poderia ser diferente, se todos me conhecem, sabem muito bem, do que eu vim falar. Desde ontem, à noite, eu não parei de ver noticiários, que me trouxessem informações do que aconteceu, no Rio de Janeiro. Eu vou falar de lá, para chegar aqui. É um absurdo. No dia, em que Maria Leopoldina, princesa, assinou um decreto, dando Independência ao Brasil, as mãos dela, separando o Brasil, de Portugal, aconteceu essa tragédia, no Museu Nacional. Cinco dias depois, Dom Pedro I, deu o Grito de Independência, dia este, 7 de setembro. E iremos comemorar. Com qual história, gente?! O mundo inteiro está falando disso, o mundo inteiro! Não adianta, não vamos conseguir avançar nunca, em nenhum aspecto, até no dá saúde, se nós não tivermos história. Qual foi a história da saúde de Mogi Mirim? Essa que passou, que deixou esta dívida colossal, que é caso de polícia, como a Vereadora Maria Helena disse: história. Tudo se torna



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

história. E é lamentável, que tenhamos que lidar, com isso, neste país, onde o dinheiro, que é para ir para história, vai para fundo eleitoral. Eu fico pensando: que falta de traquejo político, que tiveram essas pessoas, enfim, o Governo Federal, o Governo Estadual, de obrigar, contrapartida, recuperar todo o patrimônio histórico do Rio de Janeiro, para fazer as olimpíadas. Que falta de traquejo, que falta de cuidado. Estão preocupados, em encher o próprio bolso. É uma vergonha. Isso é uma vergonha! Que história vamos contar, para as nossas crianças? Eu vi vários relatos, de pais, dizendo que levaram as crianças lá, no passado, e que essas crianças se tornaram adultas e falando sobre a tristeza que é. Um lugar que tinha história, ciências, arte, educação. Como é que faz, gente?! Hoje, esta sessão termina e vira história. É lamentável, este país, infelizmente, está fadado ao esquecimento. Depois que você vê os investimentos, que os europeus têm, em museus, em preservação de patrimônio, como a gente faz? Como que a gente faz?! Isso é lamentável! É de doer o coração! Vamos reportar tudo isso a Mogi Mirim. Ainda nesse ano, nessa sessão legislativa, da minha vereança, eu trouxe o caso da transferência, do acervo do Estado, para o Município. Eu quero dizer, que sou contra, totalmente, contra. Trabalhei lá, fiquei lá, durante todo esse período, onde foi uma luta, incansável, para tentarmos organizar aquilo, que tem lá dentro, tudo o que é do Município, tudo o que é do Estado. Mas não há condições, primeiro, porque o espaço não é adequado para isso. Aquilo, que aconteceu, no Rio de Janeiro, nem precisa acontecer, em Mogi Mirim, nem precisa pegar fogo, porque a nossa história também já acabou. Não precisa pegar fogo, no museu de Mogi Mirim, não precisa, porque já está aniquilado, acinzentado, esquecido. Bom, segundo a LDO, o valor que vai para a cultura, nesse ano, é de um milhão, duzentos e três mil e quinhentos reais. Sabem quanto foi destinado, para atividade de museu e patrimônio histórico? Três mil reais! Nós precisamos nos preocupar com isso, sim, pois é muito sério. Essa cidade tem uma importância gigantesca, na região, gigantesca! Nós estamos, em São Paulo, e já vemos placas,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

anunciando Mogi Mirim. É uma cidade muito importante, na região, e se não tomarmos cuidado... Eu vou continuar batendo, nessa tecla, daqui a pouco, nada mais teremos, do que falar. Me preocupo muito com as nossas crianças, sinceramente. Eu, como professor, como artista, como vereador também, eu me preocupo muito, com as crianças, porque não teremos nenhuma história, para contar. Essa é a paralela, que eu faço, na cidade: nosso museu não precisa pegar fogo, porque ele já acabou”. Com a palavra, vereador André Albejante Mazon: “Boa noite a todos! Primeiramente, queria fazer minhas, integralmente, as palavras, do Vereador Alexandre Cintra. Concordo, plenamente. Ele, com todo histórico, que tem, nessa área de cultura, foi perfeito, na colocação dele. O nosso museu tem algumas coisas de interesse, acho que, nacional, pois temos o jornal mais antigo, de toda região mogiana. Está, em Mogi Mirim, o jornal, que não vou lembrar o ano exato, mas o jornal, que deve ter, hoje, uns cento e trinta anos, um pouco mais. Precisava ser restaurado há muito tempo, na época, em que o Alexandre Cintra estava na Secretaria, no antigo governo, foi feito um projeto, para a restauração desse jornal, mas, infelizmente, acabou não acontecendo. O assunto Santa Casa dominou muito esta tribuna, nos últimos tempos, e acabamos não tendo tempo, pelos curtos dez minutos, para falar, por sessão, de tratar alguns outros assuntos. Eu tinha assuntos, que eu queria ter falado já, há algum tempo, que eu vou aproveitar, hoje, para falar. Um deles, é aquela licitação, do Bem-Estar Animal, que eu tantas vezes cobre, aqui, e dos medicamentos, para o BEA. Essa licitação era para ter acontecido, no dia 21, agora, duas semanas atrás, e voltou a não acontecer, por erros formais, na licitação, que foi feita, pela prefeitura. Ou seja, nós estamos há oito, nove meses, com o Bem-Estar Animal sem medicamentos, com uma veterinária recebendo, para ficar sentada, porque não tem nem uma luva, para trabalhar, nem remédios, não tem nada. Está recebendo o salário dela, pica o cartão dela, é lógico, que ela faz, ela é uma pessoa dinâmica, ela está ajudando lá, está ajudando, no canil, até ajudar a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

limpar o canil, ela já ajudou, mas, infelizmente, uma veterinária deveria estar fazendo o trabalho dela, cuidando dos animais, e não limpando canil, fazendo outras coisas, mas ela tem feito, por ser disponível, e por não querer ficar parada, por uma incompetência, da atual administração, em comprar medicamentos. Queria falar também, da má qualidade, do tapa-buraco, que foi feito, no Bairro Aterrado. Estou morando lá, há quase um ano já, e eu fiquei impressionado, com o que foi feito lá. O Vereador Robertinho esteve, em casa. Eu até falei: “Robertinho, vem ver uma coisa”. Fui mostrar a ele, as ruas todas tampadas, os buracos, da rua. Daí você vai lá, e passa o pé, e sai o asfalto, no pé, e faz dois meses, que foi colocado lá, e sai, no pé. Quando vier a época de chuva, esses buracos todos vão reaparecer, com certeza, pela baixa qualidade, com a qual estão sendo feitas essa operação. Infelizmente, vamos falar um pouco sobre a saúde municipal, também. Foi notícia, na Globo, no jornal da Globo, as filas, no posto de saúde do Aterrado. Quem acompanha, nas redes sociais, ou quem não viu, na televisão, as fotos das filas estão nas redes sociais, filas, que se formaram ali. Essas filas se formaram, porque esse posto ficou muito tempo sem médico e, segundo a prefeitura, desde julho; segundo eu, há muito mais tempo. Aquele caso, que contei, nessa tribuna, desde fevereiro, acho que vocês lembram do caso. Contei, na tribuna, sobre dois vereadores desta Casa, que tiveram problemas de saúde e, desde fevereiro, sem médico, no postinho do Aterrado. Então, faço minhas as palavras do vereador Samuel: mentem, quando falam, que é desde julho, porque é há muito mais tempo, e aquele povo, aquela fila, que se formou, não se formou em dois meses, sem médico, há muito mais tempo, ali, está sem médico. Essa é a prioridade do governo Carlos Nelson Bueno, a saúde. Se a prioridade está desse jeito, imaginem o resto. Foi colocado aqui, acerca do dentista, do Parque do Estado II, noventa dias também, é isso?! Sem trabalhar. Eu lembro aqui, da quantidade de vezes, que eu vim nessa tribuna, falar do dentista do Serviço de Saúde do Funcionalismo - SESMET, também, sem trabalhar.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Coloquem os dois dentistas e teremos oito, nove meses, de salários pagos, para dentistas, que não trabalham, por falta de estrutura, na prefeitura, por coisas simples. Sobre a Santa Casa, foram feitas, pelo Nilton Bonatti, duas propostas, e eu estou aqui, com dezessete vias, de cada uma das propostas, que foram encaminhadas, hoje, para a prefeitura, e eu entregarei, para cada vereador. As duas propostas: uma é essa, do 60 e 40, que já foi falada aqui; e outra, foi um assunto, que eu levantei aqui, na audiência pública, da dívida, que a prefeitura tem, com a Santa Casa, que ela já foi condenada, na justiça, a pagar, dívida de dois milhões, cento e setenta e três mil reais. Referente à esta dívida, eu propus, que ao invés de a Santa Casa pagar, como está pagando, em cirurgias, que fosse abatida da dívida, através de uma caução judicial, o que é plenamente possível, juridicamente, inclusive, na carta, que está aí, tem todos os fundamentos legais, de como isso seria feito, o que seria, ainda melhor, para a Santa Casa. Acaso a prefeitura tivesse real interesse, em ajudar, eu acho, que seria uma forma muito melhor, do que cobrando, em cirurgias, que se abatesse da dívida. Eu entregarei, então, uma via, para cada vereador, das duas propostas. O que o senhor Milton Bonatti deseja, junto com a irmandade da Santa Casa, é que a prefeitura faça um plano, de pagamento dessa dívida, de dois milhões, cento e setenta mil, que permitiria à Santa Casa respirar, e até a pagar uma parcela dos atrasados dos seus funcionários, e a quem foi mandado embora. Muito obrigado!” Fez uso da palavra, Vereador Cinoê Duzo: “Boa noite a todos! Mogi Mirim continua lastimável! A saúde não funciona, tapa-buracos não tapam buracos, ele “destampa”. Resumindo: caos, é pouco. Se nada funciona, eu pergunto para os senhores: é o projeto que vai ser votado, hoje, aqui? Diz o projeto de lei, número 08, de 2018, pasmem! Projeto de lei complementar, de autoria do Prefeito Municipal, esse horroroso. Dispondo sobre a criação da controladoria geral, do município de Mogi Mirim, do sistema de controle interno municipal e dando outras providências. A pergunta é: se a cidade está um caos, não funciona nada, vai controlar o quê?!



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vai criar uma secretaria, para quê?! Para mais despesas, para jogar dinheiro fora, de novo, mais um pouquinho de dinheiro jogado fora?! Não estou entendendo. Vamos criar uma secretaria, não! Los hermanos argentinos, president hoy, cortou la mitad dos ministérios. Traduzindo, eu quis dizer, que o Presidente da Argentina cortou metade dos ministérios. Em Mogi Mirim, a cidade, que está sendo administrada pelo zumbi-mor, cria mais uma secretaria, Deus nos livre. Por que, criar-se uma nova secretaria, sendo que não se faz nada? Não se faz nada, em Mogi Mirim, mas o maquiavélico do prefeito, ele continua arquitetando, para os seus protegidos, não para o bem do cidadão mogimiriano. Para que ele quer criar uma nova secretaria? Mais dez mil reais, jogados fora, no novo secretário. Foi dito aqui, que tem secretários, que não atendem aos vereadores, sequer um telefonema. E foi defendido, nesta tribuna, que o secretário deve trabalhar 24 horas/dia, já que ele é comissionado. Ou ele está escolhendo? O secretário está escolhendo quem ele irá atender agora?! Não é bem assim, não. Já abro o meu voto, é não! É contra! Criação de secretaria, não! De jeito nenhum. Isso é um descaso, é um despropósito. O prefeito está dizendo, que está tomando faixa preta, então, eu acho que tem que dobrar a dose, não está batendo bem, não é possível. O município está um caco, está um caos, e ele coloca aqui a criação de nova secretaria? E aí? Mas depende de nós o processo democrático, sem pressão nenhuma, vote, como quiser, e tal. Eu votarei contra a criação desta nova secretaria. Não é o momento de gerar mais dívidas, mais ônus ao município, e ele está criando isso. Cria-se e onera os cofres públicos. E quando nós elaboramos projetos, nós não podemos criar projetos que criem ônus ao município, mas o próprio prefeito, ele é um péssimo exemplo. Fica a dica: dobra a quantidade, porque a tarja preta não está fazendo efeito”. O próximo inscrito, Vereador Geraldo Vicente Bertanha, desistiu da palavra. Na sequência, discursou o Vereador Gerson Luiz Rossi Junior: “Boa noite a todos, membros da mesa, presidente, aos nobres vereadores, a imprensa, os munícipes. Eu apresentei dois requerimentos



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

hoje. Um é referente a nossa Dívida Ativa, uma preocupação muito grande, da própria prefeitura, onde nós temos milhões de débitos, relativos a impostos, a tributos municipais, não pagos. Eu, na minha convivência, dentro da administração, percebo, que os grandes devedores, sempre têm grandes escritórios de advocacia, conseguem empurrar a dívida, numa discussão judicial, então, o município acaba sempre perdendo um tempo muito grande, desprendendo um tempo grande, para ter o resultado desses questionamentos que, lógico, têm direito à defesa, pois todo mundo tem direito à defesa, ampla defesa, o contraditório tem direito a buscar justiça, mas acabam não pagando, enfim, isso vai rolando. Agora, os pequenos, aqueles que são, de repente, os mais necessitados, que perdem o emprego, que ficam sem poder pagar o IPTU, sempre sofrem também. E eu percebo que, muitos deles nem sabem, que existe essa dívida, ou porque passaram uma escritura particular, ou tiveram desconhecimento, não sabem que aquele imóvel possui uma dívida. Então, uma das ideias, conversando com algumas pessoas e pensando também, como funciona a conta de água, a conta de luz, que, quando você deixa de pagar, você recebe a conta e nela vêm contidos os débitos anteriores. Uma forma de dar ciência, ou a pessoa ter um lembrete, de que existe, também, débitos referentes a imóveis, eu peço, para que o município, pense em colocar também “consta débitos anteriores”, no carnê do IPTU, quando do lançamento. É uma forma das pessoas poderem tomar ciência de que esses débitos existem, podendo assim, procurar o município para poder acertar, antes que venham as restrições. E isso pega muita gente de surpresa, porque, tenho certeza, que vocês, vereadores, já foram procurados, muitas vezes, por devedores, por contribuintes, com uma conta bloqueada, um carro bloqueado, pela Justiça, e, às vezes, ele nem tem conhecimento, não sabia da existência disso. Então, quando o contribuinte tem essas notícias – a de que existem débitos anteriores, ele tem ciência, e ele pode já procurar o município e tentar resolver, antes que tenha uma restrição judicial. Então o intuito é só esse, de poder dar mais um tipo de comunicado,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

mais uma formalização a essas dívidas. Abrir, também, a possibilidade de um parcelamento, em doze vezes, não só de doze, o qual, hoje, a lei permite, mas até em 24, 36, 48. Que fosse possível estender, porque quando chega numa situação de restrição judicial, ele vai procurar acertar, com o fisco municipal, e, hojeo parcelamento só até doze vezes, porque não temos o REFIS, e o REFIS é só de vez, em quando, o prefeito não é obrigado a mandar refis, ele manda se quiser, enfim, é uma política pública, do governo, então, quando tem o refis, sim, há a possibilidade de um parcelamento mais estendido, mas a lei, hoje, fala em doze vezes apenas, e, se pudesse ser estendido, dando oportunidade, para que os contribuintes acertem, com o fisco, podendo parcelar, em mais vezes, eu acho que isso é um ganho e ajudaria o município a arrecadar mais, podendo diminuir a sua dívida, a dívida que tem a receber. Outro assunto, falando sobre a saúde, já antecipando, sobre os dentistas, lá da UPA. Nós temos a rede básica, que são os dentistas, que fazem o serviço básico, na rede, nas UBS, e temos as especializações odontológicas, lá no Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no Centro de Especialidades Médicas – CEM. É um serviço de muita referência, aliás, muito reconhecido, como serviço muito bom, prestado, e temos o pronto socorro odontológico, na UPA, o qual, antigamente, era na Santa Casa, era 24 horas. Quando o pronto atendimento, a UANA, era na Santa Casa, existia também o pronto socorro odontológico, que, aliás, era referência, na região. Nós tínhamos o atendimento de pessoas, que vinham de outra cidade, quando tinha uma dor muito forte. Fora de um dentista disponível, na rede, ele vinha buscar aquele atendimento emergencial, na Santa Casa, e tínhamos muitos atendimentos. Ao longo do tempo, foi se tornando restritivo, restringindo e, hoje, ele está na UPA. Quando eu solicitei informações, sobre o número de funcionários, essa informação não veio, ou seja, de quantos dentistas nós temos, na UPA, nem os médicos. Veio sobre técnico de enfermagem, porteiro, auxiliar administrativo, farmacêutico, mas... tem mais um minuto? Lá deu quatro.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Enfim, depois eu termino, na segunda fala, para poder explicar direito a todos os vereadores, sobre a questão dos dentistas. Obrigado”. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra, ao Vereador Jorge Setoguchi: “Senhor Presidente, Membros da Mesa, Vereadoras, Vereadores, nosso público presente, internautas, telespectadores, a imprensa. Boa noite a todos! Nesta última sexta-feira, estivemos no circo, durante uma tarde, evento promovido pelo Rotary Clube de Mogi Mirim, com o apoio do Circo Robatiny e da empresa Fênix, onde tivemos a presença de cem crianças, do Lar Equipotência. A empresa Fênix transportou as crianças, gratuitamente, tanto, para levar, ao circo, como para voltar, para o Lar Equipotência, e, junto com elas, as crianças do Lar Educandário. Quero, aqui, deixar registrado, que essa tarde, no circo. Também estive, na quinta-feira passada, na reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Vereador Gerson. Lá, o pessoal pediu para agradecer. Lá, do Córrego Azul, onde, próximo à casa do Jiló, foi recuperada a ponte, que há tempos, estava avariada. Agradecemos ao Secretário da Agricultura, Valdir Biazotto, pelo trabalho, que vem executando, na Secretaria da Agricultura. Boa noite a todos, obrigado”. Novamente, na direção dos trabalhos, o Senhor Presidente Câmara, vereador Jorge Setoguchi, facultou o uso da palavra, ao vereador Luís Roberto Tavares: “Boa noite, Senhor Presidente, senhores vereadores, vereadoras, público, aqui presente, pessoal da internet. Boa noite a todos! Senhores vereadores, eu recebo, através do WhatsApp, muitos pedidos de pessoas, solicitando uma ajuda de emprego, alguns, de primeiro emprego, outros, já desempregados, chefes de família, e o crescimento disso é absurdo. Existem vários grupos de emprego, no WhatsApp, e não há uma política pública, em Mogi Mirim, nem regional, sobre emprego. Todos estão numa situação, para conseguir emprego, e a pessoa, para conseguir emprego, hoje, tem que



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

torcer, para que alguém seja mandado embora, porque não há vagas, somente há vagas, quando alguém é mandado embora. Nós iniciamos, em 2012, um trabalho, para que Mogi Mirim conseguisse fomentar, fazer virar realidade o nosso aeroporto de Mogi Mirim, e, com isso, criar a expectativa de empresas e de muito mais emprego, para Mogi Mirim, todavia, não vingou. E, hoje, há um grupo, trabalhando, para isso, para que, no futuro, acredito que, nem próximo, mas, num futuro, consigamos tornar realidade o aeroporto. Hoje, a pista pode crescer mais quinhentos metros e se tornar muito maior, do que a de Viracopos, então, nós teríamos o maior aeroporto da região, seria o de Mogi Mirim. Há um início de conversa sobre isso, e há início também, de uma conversa, um pouco mais avançada, só não temos o local, mas, há quem esteja trabalhando, para que Mogi Mirim receba um shopping, próximo à rodovia SP-340, para atender, tanto Mogi Mirim, quanto à região e quem passar pela rodovia. O início dessa conversa não foi muito bom. Iniciou-se uma conversa, com a administração, mas a pessoa desanimou, porque não houve uma aceitação, não houve algo concreto, então, iniciou-se e ali morreu, mas eu convenci esse empresário, de que, com esta, com outra, com qualquer administração será difícil, então, precisamos pressionar, e será aqui, na nossa Frente Parlamentar, que teremos a reunião, na semana, que vem, nossa primeira reunião. E vou conversar com o pessoal, que faz parte da Frente Parlamentar, para que nós façamos essa reunião e para dar início às conversas. Quando eu ouvi, aqui, a fala dos vereadores, sobre a UPA, sobre as UBSs, Santa Casa, digo, que está tudo um caos. Reclamações, por falta de fitas, na UPA. Quantas ligações eu recebo sobre a UPA. A Santa Casa cheia de problemas, foi o que conversamos, na quinta-feira. Filas, para agendamentos de dentistas, nas UBSs e tantos outros problemas, onde tudo caminha e ficou. Eu vi, que um morador, um município, reclamou, no final, que tudo caminha, para que a Santa Casa vire uma Organização Social – OS. Seria o fim mesmo, da picada, porque, se está ruim assim, imagina como uma OS, onde poderão fazer compras,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sem licitações? Vocês veem aí, as OSs, no Estado de São Paulo, no Rio de Janeiro, tudo parando, no Ministério Público, por questão de dinheiro, correndo, por fora, e ninguém administrando, de verdade, como tem que ser. A saúde virou um caos mesmo, em Mogi Mirim, e não adianta falar, que é só na Santa Casa, é na rede pública também. A administração pública está muito a desejar, quando se fala, em saúde pública, e são muitos os problemas. Senhores vereadores, na minha próxima fala, eu quero falar sobre multas: as multas aplicadas, no trânsito, de Mogi Mirim, as quais chegam a quase setecentas notificações de multas, nesses últimos três meses, e numa porcentagem bem grande delas, o morador nem sabe, que foi multado, ele só conseguirá saber sobre isso, quando for fazer a documentação do veículo. Mas, na próxima fala, eu darei os números, só para concluir, Senhor Presidente, na próxima fala, eu darei os números, falando, de mês a mês, e de jornal, do jornal Oficial de Mogi Mirim, e citando a edição de cada jornal e a quantidade. Por enquanto, é só. Boa noite a todos”. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h03, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou quinze, dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 73, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim a contratar financiamento, com a Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Avançar Cidades – Modalidade Urbana, e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas de Finanças e Orçamento. Em discussão, fez uso da palavra, a Vereadora Maria Scudeler de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Barros: “Senhores Vereadores, a administração Municipal solicitou à Caixa Econômica Federal, o financiamento do Programa Pró-transporte, do Ministério das Cidades, no valor de 19 milhões, 950 mil reais, destinado à execução de empreendimentos integrantes, do programa Avançar Cidades-Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades. Trata-se, Senhores Vereadores, de obra, de infraestrutura e pavimentação asfáltica, no bairro Parque das Laranjeiras, cuja ausência vem afetando, negativamente, a qualidade dos seus moradores, há mais de quarenta anos, bem como, os serviços de recapeamento asfáltico, em outras áreas da cidade, tais como, por exemplo: o bairro, Jardim Murayama I. As Comissões de Justiça e Redação, tendo como relator, o Vereador, Doutor Gerson Luís Rossi; a Comissão de Obras, Serviços Públicos, Atividades Privadas, a Comissão de Finanças e Orçamentos, todas as quatro comissões, nós resolvemos, depois de muito estudar, depois de muito conversar, fazer o parecer, conjunto. Portanto, senhores Vereadores, trata-se de uma autorização, legislativa, para que o Município possa financiar. Nós apenas vamos dar a autorização, para que eles possam anexar essa autorização legislativa, a todo processo, que começa a ser tramitado, na Caixa. Portanto, é preciso dizer, que o Município tem capacidade de endividamento e outros critérios favoráveis, exigidos, pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual. Também é preciso dizer, senhores Vereadores, que o prazo de amortização é de duzentos e quarenta meses e as garantias, que nós vamos oferecer, são as cotas do ICMS, ou também, do Fundo de Participação dos Municípios. Isto é muito importante citar. E o Poder Executivo consignará, nos orçamentos anuais e plurianuais, do Município, durante os prazos, que vierem a ser estabelecidos, para os empréstimos, por eles contraídos, dotações suficientes e amortização do principal e acessório, resultante do cumprimento dessa lei. Portanto, daremos ao Chefe do Executivo, se houver concordância, desta Casa, a autorização, para que o prefeito possa abrir, por decreto, créditos especiais, ou suplementares,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

no orçamento vigente, à época da contratação. Vamos, agora, senhores Vereadores, torcer, para que tudo dê certo, ao empenho de vereadores, aos empenhos de deputados, a empenho de toda esta Casa e há uma ansiedade imensa, para que isso seja concretizado, realmente. Eu peço, então, Senhores Vereadores, autorização, de todos os Senhores Vereadores, para que possamos encaminhar esta lei, ao Executivo. Muito obrigada”. Ainda em discussão, fez uso da palavra o Vereador Gerson Luiz Rossi Junior: “Senhores Vereadores, eu gostaria só de reforçar a importância desse projeto. Eu acho, que é um marco, para a história desta Câmara, votar um projeto dessa magnitude, porque é um anseio muito grande da população, principalmente, a do Parque das Laranjeiras, que muito aguarda pela infraestrutura, naquele bairro. Eu, como relator do projeto, fiquei de buscar as plantas, aquilo, que foi pedido, pela a Caixa Econômica Federal, ao Ministério das Cidades e à Câmara, para poder participar também, de toda essa autorização, para que a gente possa, também, levar aos nossos munícipes, aqueles que nos interrogam e nos questionam sobre isso. Então, está disponível, aqui, no projeto, e seria importante depois, dar uma olhada, se vocês puderem. Aqui, tem o projeto de pavimentação, do loteamento Parque das Laranjeiras, com todas as ruas, com a foto. Foi encaminhado o projeto, junto à Caixa, com toda a quilometragem, que será asfaltada. É importante, para o conhecimento dos Vereadores, para que possamos olhar e tê-lo, em mãos, porque é isto, que garante que o dinheiro será investido, no Parque das Laranjeiras. Bem como, também, o recapeamento asfáltico, que foi solicitado e o Secretário de Planejamento Urbano encaminhou a esta Casa, a execução de Obras e Recapeamento Asfáltico, em todas as ruas, e eu acredito, que todos os Vereadores devam ter, em mãos, para saber quais as ruas, que serão pavimentadas, caso esse empréstimo, esse financiamento saia. Então, nós temos o loteamento Murayama I, para o qual muitos aqui, já apresentaram requerimento, já foram lá, e, como já dito aqui, pela Vereadora Maria Helena. E também, recapeamento das



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

ruas da Zona Norte. Então, além do Murayama I, também outras ruas, que estão descritas, no projeto, que foi encaminhado à Caixa, para justificar os dezenove milhões de reais. Então, além do Parque das Laranjeiras, nós temos essa planta, indicando as ruas. Ou seja, é importante, que nós, aqui da Câmara, tenhamos ciência. Estará no processo, podem buscar, amanhã, na secretaria. Foi solicitado, para que pudéssemos anexar, no relatório, que fizemos aqui, dando um parecer favorável. Então, é um projeto de suma importância. Acredito, que todos devam aprovar e pedir, para que os dois Vereadores, do MDB, Tiago Costa e Moacir, continuem empenhados. É o Governo Federal do MDB, que está no contato, eles estão, com contato, com o Ministério das Cidades, ajudando o Município, isso é muito importante e tenho certeza, que nós teremos boas notícias e estamos, no aguardo, por elas, ainda neste ano. Obrigado”. Com a palavra, vereador Tiago Cesar Costa: “Senhor Presidente, nobres colegas, vereadores e vereadoras, público presente. É muita ansiedade. Eu falo ansiedade boa, minha, e do vereador Moacir Januário, do MDB, em tentar, com todas as nossas forças, que esse financiamento se realize, que seja dado o aval, pelo Ministério das Cidades. Recebi uma ligação dos mesmos, semana passada, dizendo, o seguinte: os prefeitos estão todos aqui, no Ministério das Cidades, onde verba é curta, e os projetos da região, que estiverem certos, terão o aval, pelo Secretário Nacional. Mas, Mogi Mirim está com problema, com deficiência, em alguns documentos. Isto me preocupa, um pouco, porque, é ano de Eleição, e sabemos, que, se for eleito um novo Presidente da república, Mogi Mirim pode ficar na mão, por conta de novas políticas, novas diretrizes do Ministério das Cidades. O que foi feito: eu e Vereador Moacir, nós conversamos, com Guto Urbini, aqui, na própria Câmara, e perguntamos a ele, o que estava faltando, para Mogi Mirim, pois nos disseram, que há deficiências, nesse projeto. Um dos apontamentos foi que há uma lei, do ex-Prefeito Gustavo Stupp, de 2016, onde não se averbou, na matrícula, do imóvel, as ruas, as quais o projeto contempla, junto ao Cartório de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Imóveis. Pasmem, Senhores, em 2016, eles fizeram isso e não averbaram, na matrícula. Isto era um requisito da Caixa. O outro requisito, foi um pagamento, de um projeto, de 43 mil reais, que foi pago à Caixa Econômica Federal. Outro requisito, era preciso fazer essa averbação, no Cartório, precisava-se ter o projeto, que está, nas mãos dos jornalistas, agora, neste momento. O projeto precisava ser feito, e precisava também, fazer com que essa averbação, ou um documento correspondente a ele, fosse à Caixa, para que tudo acontecesse, e voltasse ao Ministério das Cidades, para o Secretário Nacional dar o aval, para esse plano de Mobilidade Urbana, do Plano Avançar Cidades, para que Mogi Mirim fosse contemplada, com esse empréstimo. Esse dinheiro é do fundo de garantia, sendo o dinheiro curto, e o assédio das Prefeituras e dos Prefeitos Municipais, das cidades, é muito grande. Nós, então, entramos, em contato, para saber, como estão prosseguindo, com isso, pois um dos requisitos é esta lei, que está aqui, a lei autorizativa, pela nossa Câmara. E é importante, porque, ao aprovarmos, ou não, esta lei, ela se tornará pública, na quarta-feira, pelo Diário Oficial, e será juntada, com todos esses outros documentos, que precisam, para serem protocolados, novamente, na Caixa. A Caixa já analisou o financeiro e disse que Mogi Mirim pode fazer, porém, sobre os outros requisitos, no Ministério das Cidades, quem dará a última palavra, será o Secretário Nacional. O Governo Municipal, quarta-feira, comprometeu-se a protocolar os outros requisitos, que faltam, tais como: a averbação, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, de Mogi Mirim, de todas essas ruas, do Laranjeiras, que estão contempladas no Projeto; a nossa lei, que votaremos, aqui, hoje, autorizativa; o pagamento do projeto, já foi feito, na Caixa, e assim que eles fizerem o protocolo, eu, com o Vereador Moacir, comprometemo-nos a contatar o Ministério das Cidades, para dizer a eles, que Mogi Mirim está com tudo certo. Assim, a cidade já estará na fila de prioridades, no Ministério das Cidades, para que esse recurso, enfim, venha à nossa cidade. Eu vejo, como um passo muito grande, que



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

estamos dando aqui, na Câmara. A lei autorizativa é mais um dos requisitos, que a Caixa precisa, para que o Ministério das Cidades dê o aval a Mogi Mirim, para que possamos trazer essa importantíssima conquista à nossa Cidade, porque há milhares de municípios tentando conseguir esta verba, do Ministério das Cidades. Nós esperamos, com essa força, da nossa Câmara, com a força do MDB Municipal, com o contato, que temos, com a força do Deputado Baleia Rossi, que entrou nesta luta, conosco, e está batalhando, para que isto aconteça; esperamos que, em breve, possamos ver o povo, do Parque das Laranjeiras, e de outros bairros, recebendo essas melhorias, na nossa cidade, uma conquista de todos, porque, todos, aqui, estão cansados de ouvir falar de Parque das Laranjeiras, dos problemas e da falta de solução, para eles. Espero que esta Câmara entre à história, de Mogi Mirim, que há mais de quarenta anos discute sobre Laranjeiras, e, se Deus quiser, nós conseguiremos que Mogi Mirim seja contemplado, no Ministério das Cidades. Muito obrigado, e uma boa noite”. Com a palavra, Vereador Cristiano Gaioto: “Boa noite, Senhor Presidente, boa noite, nobres amigos, público, presente, pessoal, que está acompanhando, pela televisão e pela internet. Como disseram, Vereador Gerson e Vereador Tiago, este projeto é um momento histórico, para a Câmara Municipal, e, de antemão, como cidadão, quero agradecer ao Vereador Tiago e ao Vereador Moacir, que têm se empenhado. É um marco, pela luta, de vários Vereadores, nessa questão, do dinheiro, que está vindo à nossa cidade, através do empréstimo, a lei autorizativa, hoje. Tudo começou, no ano passado, no Ministro das Cidades, que era do partido, do nobre Presidente e do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, o PSD, tendo grande influência. No começo, o ex-ministro Kassab, do PSD, com os Vereadores do PSDB, juntos, com Barros Munhoz, que sabemos, também, que o contactou. Estivemos, em Brasília. Estivemos, com o Ministro Alexandre Baldy, inclusive, para pleitear uma outra verba, em que se liberou, uma parte, mas foi um dos assuntos, discutidos com o Senhor Alexandre, no Ministério das Cidades,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

recebendo-nos muito bem. Em Brasília, acompanhei o Vereador Manoel Palomino, fazendo também, este tipo de solicitação à Deputada Pollyana Gama, e o Nobre Vereador Cinoê Duzo, ao Deputado Luiz Lauro. Numa união, com o Vereador André, que tantas vezes, esteve junto, com Deputado Nelson Marquezelli, fazendo esses mesmos pedidos, e Vereador Samuel, com o Deputado Miguel Lombardi. Todos os Vereadores, na verdade. É a união, e sempre bato nessa tecla. Os dezessete vereadores, juntos, possuem uma força tremenda, e, hoje, felizmente, nós temos dois vereadores, do MDB, aqui, na Casa, juntamente, com o Governo Federal. Nós não sabemos que partido teremos, no comando, no ano, que vem, por isso, temos que lutar mesmo, para que a verba venha neste ano, e quero destacar o trabalho do Vereador Roberto, no Laranjeiras, mesmo não o acompanhando, para saber, se ele fez alguma reivindicação, aos Deputados dele, mas ele é uma pessoa, que sempre briga, pelo Parque das Laranjeiras, e não sou eu quem falo, é notório. Isso tudo é uma boa conquista. A Vereadora Sônia e eu estivemos com o deputado Alexandre, em março, numa conversa, e sabemos, que a Prefeitura vem trabalhando nisso, desde o ano passado, e, felizmente, agora, está no caminho certo, caminho que depende desta lei autorizativa, tendo a chance de entrar para a história da cidade, hoje, nesta votação. É isso, Senhor Presidente”. Com a palavra, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: “Senhor Presidente, membros da Mesa, caros senhores Vereadores e público, aqui presente. Senhor Presidente, eu queria tecer um comentário, em detrimento deste projeto, de suma importância, para a população mogimiriana, para o povo de Mogi Mirim. Estamos chegando a este projeto, de financiamento de dezenove milhões de reais, hoje, a Mogi Mirim, e a Administração busca tirar o atraso. Porém, o que muitas pessoas não sabem, é que, em quatro anos de governo, do senhor ex-prefeito Gustavo Stupp, nenhum investimento em recapeamento foi feito, nas ruas de Mogi Mirim. Não sei, se os senhores sabem, mas, o metro quadrado da massa asfáltica, custa trinta e nove reais, e o



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

senhor ex-prefeito Gustavo Stupp não fez o recapeamento de, sequer, uma única rua, em Mogi Mirim, encontrando-se a cidade, hoje, na situação em que está. Para o futuro, os próximos prefeitos e a nova Câmara Municipal, hão de atentar-se a isto: o recapeamento das ruas deve ser executado todos os anos, para não se tornar um custo alto, como está, hoje. Essa história do Laranjeiras, na minha fala, aqui, no ano passado, disse que deveriam existir pessoas comprometidas, com a cidade, assim como, um prefeito, comprometido com a cidade, e vereadores comprometidos. Esta Câmara Municipal é diferente da Câmara passada, totalmente. É uma Câmara Municipal, que possui o total comprometimento, com a população de Mogi Mirim, não sendo esta, a primeira mudança, que ocorrerá. Serão muito mais mudanças. Muito obrigado”. Com a palavra, Vereadora Sônia Regina Rodrigues: “Boa noite, novamente. Quero, também, falar sobre este empréstimo. Não é novidade, para ninguém, que desde minha candidatura, venho defendendo muito o Laranjeiras, e, morando lá, por quase vinte anos, tenho ciência da luta daquele povo, que dura quase quarenta anos. Sei também, que o Município perdeu, diante da Justiça, tendo obrigação de fazer essa infraestrutura. Na última Gestão, apenas onze ruas foram asfaltadas; se todos os Prefeitos, que passaram, por Mogi Mirim, fizessem, pelo menos, uma, ou duas ruas, por ano, o Laranjeiras, hoje, estaria diferente. No mês de novembro, do ano passado, quando eu estive, em Brasília, junto com o Deputado Federal Ricardo Izar, tive o prazer de conhecer o Deputado Alexandre, pessoalmente, e para todo lugar, que eu vá, seja, em São Paulo, ou Brasília, sempre carrego o Laranjeiras, com portfólios, com documentos, requerimentos, e entregava sempre, nas mãos de todos, pedindo uma atenção especial, por conta da crise e pela situação do Laranjeiras, e pelo desrespeito, com o qual o beirro foi tratado até hoje. Quando chegou o mês de novembro, conheci o Ministro, através do Deputado Izar. Tive a felicidade, junto com o Vereador Cristiano Gaioto, no mês de março, deste ano, de estarmos, em Brasília, e conversar



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

com ele, pessoalmente, e, mais uma vez, foram apresentadas as fotos, foi apresentada a realidade, que sofre aquele povo. E em primeiro momento, ele comprometeu-se conosco, de fazer o possível, para ajudar o Laranjeiras. É através deste empréstimo, hoje. Eu apoio sim, e quero agradecer, fielmente, o Deputado Alexandre, que hoje é Ministro, e também ao Deputado Ricardo Izar, pelo empenho e atenção, que nos foram dados, para que isto fosse possível. É um grande passo, como ele disse, naquela reunião, que tivemos aqui, também orientada, por ele. Ele disse que deveríamos nos unir e trazer os vereadores juntos, e que, Mogi Mirim começaria uma nova história, após isso, e a nova história, realmente, está acontecendo. Obrigada e boa noite a todos. Parabéns, Laranjeiras”. Com a palavra, o Vereador Moacir Genuario: “Boa noite, novamente. Quando nós solicitamos ajuda, do Deputado Baleia Rossi, em Brasília, ele se prontificou, em nos ajudar, e tem o feito, tem agido dessa maneira, em Brasília. Tanto é verdade que, em uma das últimas ligações, que recebemos, de Brasília, foi-nos passado, pelo Ministério das Cidades, que ficássemos tranquilos, pois já havia sido computado, para o Deputado Baleia Rossi. Lógico, que todos trabalharam, mas houve um aval, muito grande, dele, nesse pedido. Sei que outros fizeram também, mas as informações que temos, do Ministério das Cidades, sendo uma ordem, intermediária, feita por ele. É necessário tomar um cuidado, em certos aspectos, sobre o Laranjeiras. Falamos que está viabilizando, há grande possibilidade de se concretizar um sonho, e o que pode atrapalhá-lo são os invasores, das áreas verdes. Pasmem os senhores! Há casas, que estão sendo construídas, no Laranjeiras. Em um mês, com o pessoal trabalhando, e de final de semana, sábado e domingo, construindo casas. Isto foi alertado ao Executivo e a Fiscalização começou a pegar pesado, nesse sentido, é isso que pode acontecer de atrapalhar. Gostaria, então, que os moradores do Parque das Laranjeiras, fiscalizassem, nesse sentido, denunciando casas, que estão sendo construídas, na área verde, de sábado e domingo. A quantidade de casas, em



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

construção, no final de semana, no Laranjeiras, é enorme, podendo atrapalhar a questão junto ao Cidade Legal. Moradores, sejam fiscais, para que nada atrapalhe a concretização de quarenta anos, na espera. Muito obrigado”. Com a palavra, o Vereador Cinoê Duzo: “Mais uma vez, boa noite a todos. Quero parabenizar, todos os Vereadores, pelos esforços. Quero me dirigir, ao jornalista Flávio Magalhães, e à toda imprensa. Flávio escreveu o livro “Eterna Promessa”, referindo-se ao Parque das Laranjeiras. Torço, para que dê tudo certo, para que o jornalista escreva um outro livro, ou reescreva uma nova história, porém, tendo muita cautela, ou, como diz o dito popular: “só acredito, vendo”. Quero ressaltar os Vereadores, que foram, buscaram e batalharam até hoje, e quero citar, também, Vereador Robertinho, pois devemos reconhecer o trabalho, do Vereador, através do título “Eterna Promessa – Parque das Laranjeiras”. Sou defensor do meio ambiente, precisamente, do Zerão. Tudo, numa cidade, é importante, o Parque das Laranjeiras é sinônimo de uma batalha muito grande, do senhor Vereador Luís Roberto Tavares. Talvez, o seu sonho não tenha sido realizado, antes, pela incompetência, de quem estava à frente, do Governo Municipal, da má gestão, porque sou testemunha, que o senhor, por várias vezes, nesta tribuna, aliás, infinitas vezes, falou sobre este assunto, sobre o Parque das Laranjeiras. Conhecedor da causa, por morar, muito próximo. Sou testemunha também, que, independentemente, da hora, o Vereador Luís Roberto tenta ajudar, colaborando, da melhor maneira possível, mesmo não conseguindo, por muitas vezes, mas comparecendo, pelo menos, na casa do morador, prestando-lhe solidariedade. O senhor deve se considerar um vitorioso, moralmente, falando. Parabéns, Vereador Roberto. Temos que ser humildes e sábios, reconhecer a batalha do senhor, que não é de hoje, não é desta Legislatura, nem da outra, mesmo quando eu não era vereador, já sabia dos problemas. Parabéns! E para os outros vereadores também, porque, por um meio, ou outro, tentaram viabilizar esses recursos. Fica o alerta: não adianta ter o recurso, se, há



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

invasão. Autorizando, teremos a faca, e só nos faltará o queijo, nas mãos. Parabéns a todos, pela luta, independente, da esfera, seja ela Municipal, Federal, ou Estadual, parabéns a todos os esforços. E que essa história seja reescrita”. Com a palavra Vereador Luís Roberto Tavares: “Boa noite, Senhor Presidente, senhores vereadores e vereadoras e público, presente. Agradecimento especial, ao Vereador Cinoê, antecedeu a minha fala, citou minha luta, no Parque das Laranjeiras. Quero deixar claro, que não é um testemunho. Temos que esclarecer, sobre o Projeto de Lei nº 73, pedido de autorização para financiamento, com a Caixa Econômica, visando o recapeamento, e sobre o Programa Avançar Cidades, contendo a infraestrutura do Parque das Laranjeiras. Esperei, por quatorze anos, para falar sobre isso, e me lembro, que, em 2004, fiz minha primeira reunião, no Parque das Laranjeiras, junto com a candidata a Prefeita, Maria Helena, de Mogi Mirim, Pelo Campo e Pela Cidade, e Vice Valdir Biazotto. Lembro muito bem, da Rua 19, do Parque das Laranjeiras, que hoje é asfaltada, mas não era, naquela época. Foi lá que eu disse aos moradores, que acreditassem, em mim, pois eu iria lutar muito, por eles. Lembro que a Vereadora Maria Helena, então, me chamou ao canto, pediu para que eu tomasse cuidado, pois a situação e o loteamento era irregular, e me alertando, no que deveria ser dito, aos moradores, pois eu deveria evitar falsas promessas, “Eternas Promessas”. Justamente, o livro, do Flávio Magalhães, é mais, ou menos isso, que a Maria Helena me falou. E disse, aos moradores: “a lei não permite, mas, naquilo que pudermos, lutaremos, pelo Laranjeiras”. A única coisa que consegui, no primeiro mandato, do Prefeito Carlos Nelson, de 2005 a 2008, a respeito do Parque das Laranjeiras, foi o Limpa Fossa, o morador que tinha duas fossas, poderia fazer até a terceira fossa, mas foi a única coisa, que conseguimos. O Vereador Gerson se lembra disto, pois foi ele quem autorizou, a fazer esse Limpa Fossa, no Parque das Laranjeiras, eu fiz requerimento e ele, por sua vez, me atendeu, ou seja, a única coisa, em quatro anos, do Prefeito Carlos Nelson. Nos quatro



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

anos seguintes, não conseguimos nada, nem uma lâmpada, uma coisa tão simples, bastaria fazer um TAC – Termo de Ajuste de Conduta. Ser um vereador, brigar, por um bairro, não ter respaldo. É muito difícil, e fui Vereador, nesses oito anos, com todas essas dificuldades, e os moradores acreditaram, em mim, me reelegendo, no meu quarto mandato, então, nele, que possa ser possível fazer este empréstimo, eu irei fiscalizar, vejo-o, com bons olhos e estou muito contente. Um dia, disse a minha família e falo também, muito, no Parque das Laranjeiras, que, no dia, em que a última rua do bairro, for asfaltada e regularizada, eu estarei contente e realizado, no meu sonho, sonho de ver o Laranjeiras regularizado, com todas as ruas asfaltadas, pois, com isso realizado, virão todas as benfeitorias. Quero agradecer, aqui, o empenho, de todos Vereadores, por hoje, os Vereadores da Situação, da Oposição, a todos, pois, meio sonho está sendo realizado. O voto é favorável, ao projeto, irei fiscalizar, torcendo, para que Flávio Magalhães dê continuidade, ao trabalho dele, de jornalista e escritor, para escrever seu segundo livro, talvez intitulado “As Promessas, não serão tão eternas, assim”. É o que espero e acredito. Um grande abraço e fiquem com Deus”. Também discutiu a matéria, o Vereador Samuel Nogueira Cavalcante: “Boa noite, mais uma vez. Vereadora Maria Helena. Este Projeto, sim, é uma boa notícia. Este Projeto é algo fantástico, que contribui, para o bem de uma população, que tanto sofreu. Conheço o Bairro Laranjeiras, há trinta e cinco anos. Meu pai comprou o terreno dele ali, lembro-me, que o asfalto chegava ao Supermercado Araújo, e acima, não havia mais nada. O nome era Laranjeiras, porque só havia laranjas ali, lembrando, também, que o ex-prefeito Ricardo Brandão começou o loteamento. Não existiam os Bairros Mogi Mirim I e II, CDHU, SEHAC, Jardim Europa; nem Areião existia, nem Linda Chaib. Quero parabenizar todos os Vereadores envolvidos, inclusive, Vereador Tiago Costa e Vereador Moacir, pois têm trabalhado, duramente, para que a composição aconteça, meus parabéns! Acima de tudo, quero parabenizar o Vereador



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Robertinho. Eu fui assessor dele, há séculos, porque o Vereador Robertinho está aqui, desde a fundação da Casa, e lembro-me, do dia, em que chegou a mim e disse: “Samuel, vamos fazer um abaixo-assinado, colher assinaturas, do pessoal do Laranjeiras”. Aceitei, e ele pediu, para que fossem impressas folhas, quarenta páginas, para irmos, logo cedo. Oito horas da manhã, liguei, para ele, dizendo, que estava chovendo, e ele disse, que não havia problemas, que iríamos, mesmo com a chuva. Sofri, pois ficamos uns quinze, vinte dias, colhendo assinaturas; visitando, casa, em casa, moradores, por moradores, família, por família. Quando eu, depois de mais de quinze anos, resolvi ser candidato a Vereador, fui em todos os bairros, menos, no Parque das Laranjeiras, pois achava indigno ir lá, depois de ter visto, como o Vereador Robertinho trabalhou ali. Foi o único bairro, em que não fiz campanha, pois não achava justo, comigo mesmo, por tê-lo acompanhado, desde São Paulo, até na CDHU, fazendo requerimento, abaixo-assinado, tentando acordo, no ministério Público. Vereador Robertinho, o que o Senhor fez, só Deus pode recompensá-lo, apenas Deus. Obrigado a todos”; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 73/2018, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). 2. Projeto de Lei nº 74, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 240.540,00”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Em discussão, a palavra foi facultada, primeiramente, à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros: “Senhores Vereadores. Parecer conjunto da Comissão de Justiça e Redação, de Educação e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. É um recurso, senhores vereadores, próprio, do Município, no valor de R\$ 240.540,00. Este crédito, a ser aberto, é para atender à Secretaria de Educação, cujo recurso, será destinado, à construção de muro e gradil, para a Escola Municipal de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Educação Básica Professor Alfredo Bergamo, para garantir segurança às crianças, que lá estudam. Repetindo, é um recurso próprio, que nós estamos apenas autorizando, para abertura de um crédito adicional. Muito obrigada. Peço a votação de todos”. Também fez uso da palavra o Vereador Tiago César Costa: “Boa noite, senhores e senhoras, mais uma vez. Numa das nossas fiscalizações, nas EMEBs, nas CEMPIs, estivemos numa escola, conhecida, como CAIC, onde a Diretora, entregou-nos um abaixo-assinado, de mais de cinquenta mães de família, para que pudéssemos encaminhar à Secretária de Educação, e ao próprio Prefeito Municipal. Isto ocorreu, no ano passado, referente à construção desse muro e gradil. No dia, em que recebemos esse abaixo-assinado, salvo engano, Vereador Robertinho, havia assinado, junto, o encaminhamento, ao Prefeito e à Secretária de Educação, porque mães pediam, para que providências fossem tomadas, naquela escola. É o que, para minha grata surpresa, vemos que está causando efeitos, principalmente, o abaixo-assinado, dessas famílias, que precisam de melhorias, para aquela escola. Hoje, para a minha alegria, veio o projeto de lei, que iremos votar, agora. Sabemos, que há vários problemas estruturais, nas EMEBs e nas CEMPIs, em Mogi Mirim, problemas graves, porém, não há orçamento, para serem resolvidos todos os problemas, que estão aí. Há algo importante e bom, para as crianças, que esse muro e esse gradil sejam feitos, por conta de segurança, daquele local. Sabemos que o NIAS está abandonado, o local é um ponto difícil, de usuários de drogas, pessoas escondidas, que ali ficam, no meio, daquele mato, e, muitas vezes, invadem a escola, com as crianças ali, gerando insegurança. Esse orçamento será importante, para que essa obra, que dará mais segurança, para essas crianças, da Escola, seja aprovada, pela maioria do Vereadores”. Fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares: “Senhores Vereadores. Este projeto de lei retrata uma luta, acredito que, de alguns vereadores. Citarei, aqui, o Vereador Benedito José do Couto, o Dito da Farmácia. Quando foi vereador, ao meu lado, lutamos muito, para que a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Escola do CAIC recebesse o muro e o gradil, porém, na Administração Gustavo Stupp, não deu muito certo, e solicitamos, novamente, no ano passado, havendo um abaixo-assinado. O Vereador Tiago o recebeu, em mão, da Diretora, e assinamos juntos. Essa construção é importante, porque a escola faz fronteira, com o fundo do NIAS, e muitas crianças, saem para o Ginásio, para o parquinho infantil, que tem ali, e não escondo de ninguém, que é um local, com usuários de drogas, que entram pelos fundos da escola, e ficam há alguns metros, das crianças, que estudam lá. Com isso, a segurança, será maior, não só para a escola, mas para os pais e para toda a comunidade. Este projeto, que votamos, é favorável, e como passou, por todas as comissões, e há orçamento próprio, do Município, vemos com bons olhos e votarei a favor, também”; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 74/2018, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 3. Projeto de Lei nº 75, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 160.910,00”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Em discussão, fez uso da palavra, o Vereador Luís Roberto Tavares: “Senhores vereadores. Este é outro projeto, que vejo-o, com bons olhos, sendo voto favorável. Tivemos uma luta grande, das mães, da Creche, ao lado do Ginásio Esportes, da Vila Dias, Creche Maria Paula, onde, neste ano, houve um vazamento grande, na caixa d’água, e as mães me chamaram, para verificar. Estivemos lá, com a companhia do SAAE, eles remendaram a caixa, a qual, de remendos, estava cheia. Sabemos, que uma caixa d’água, daquele tamanho, não se compra da noite, para o dia, é necessário um projeto, tem que estar, no orçamento, foi o que eu disse às mães. Houve sim, uma resposta, do SAAE, dizendo, que faria a licitação, e, na segunda-feira passada, foi lido o projeto, e agradeço a todos, das Comissões, pela urgência, por ser votado hoje. Parabéns, ao pessoal da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

comissão, porque foram rápidos, em dar esse parecer, a ser votado, hoje”. Com a palavra, discursou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros: “Apenas completando, Vereador Roberto. É um Recurso Federal, veio do FDE - Fundo de Desenvolvimento da Educação. Apenas, tecnicamente, mostrar, a origem do Recurso de 160 mil, verba Federal”; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 75/2018, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no § 1º, inciso III, “d”, do Artigo 171 do Regimento Interno: 4.** Projeto de Lei nº 70, de 2018, de autoria da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros, “alterando a redação da Lei Municipal nº 5.678, de 27 de fevereiro de 2015, e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Em discussão, fez uso da palavra o Vereador Gérson Luiz Rossi Junior: “Senhores vereadores, somente uma justificativa, sobre este Projeto, sendo ele, simples, mas importante, pois corrige uma estrada municipal, que possui Denominação de Rua, dada pela Ex-Vereadora Daniela Dalben, ao seu avô, Antônio Dalben, sendo que o número MMR-106, foi extinto, tornando-se MMR-107. Para que a homenagem possa continuar, ao Antônio Dalben, houve a necessidade da alteração legislativa. Obrigado. Só isso”. Também discursou o Vereador Luís Roberto Tavares: “Senhores vereadores, apenas para dar a explicação, em nome da Comissão de Vias e Logradouros, segundo o Vereador Gerson explicou. Há um problema de saúde, na família, por isso, temos que correr, para fazer a homenagem. A rua não existe mais, a MMR-106, devido a uns erros, que aconteceram, e a estrada não existe mais. Mudamos, apenas, o texto do Projeto, optamos, pela comissão, tendo a MMR-107. Acabou aí, a gente optando, em só mudar o texto, do projeto, por isso que optamos por apresentar, pela Comissão, e a Comissão tinha a MMR – 107, estrada rural, que estava sem nome. Fizemos o texto, mudando, ou seja, para resolver o problema, e não mudar a autoria do Projeto, pois a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

homenagem foi feita pela ex-vereadora Daniela Dalben, e é justo, que continue assim. Nós só mudamos o texto, para não mudar o nome da pessoa homenageada. Outra coisa interessante, senhores vereadores, sei que estão todos com pressa, mas, quando é feita a homenagem, a uma pessoa, você não pode fazer outra homenagem, em outro projeto de lei, não podendo criar um novo projeto de lei, mesmo sendo extinto, que era o caso deste. Por isso, nós, da comissão, optamos em mudar o item, 106, para 107, e continuar da mesma forma”; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 70/2018, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 5. Projeto de Lei Complementar nº 08, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a criação da Controladoria Geral do Município de Mogi Mirim, do Sistema de Controle Interno Municipal, e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Em discussão, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros: “Senhores vereadores, trago, aqui, um pré-relatório, que a administração recebeu, sobre as contas, de 2017, do ano passado. O Tribunal de Contas, do Estado de São Paulo, envia um relatório, apontando, ou defendendo e mostrando os erros, e o Município, por sua vez, mostra suas justificativas. Quero ler, Senhores Vereadores, o que o Município recebeu, agora, em 2018, relativo às contas, de 2017. “Item A, 1.1 – Controle Interno: Não há Lei, regulando o Controle Interno”, ele está apontando para o Município. “O Controle interno, foi desempenhado, por servidor efetivo, recebendo função gratificada, prejudicando a essencial independência da função”, isso é muito sério, aliás, esta Casa, também tem este apontamento. “Constata-se que, em 2017, o Controlador foi destituído, para a nomeação de outro funcionário, exatamente, a falha, que se deseja evitar, com o provimento efetivo. A Administração, não tomou todas as providências exaradas,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

pelo Controle Interno”. Senhores Vereadores, Senhor Presidente, eu quero, aqui, enaltecer, a presença dos Vereadores das Comissões. Todas as quartas-feiras, quem quer estar por dentro, do que se vai votar, aqui, nesta Casa, os Assessores, os Vereadores, é quase unânime, a presença de todos. Nós estamos debatendo uma coisa séria, aqui, não se trata de não querer, trata-se de fazer o que o Tribunal de Contas exige. É uma coisa muito séria, criar um cargo de Auditor Controlador Interno. O Tribunal de Contas já disse: “não tem, bastará, para a conta ser rejeitada”. Portanto, senhores, o amadurecimento político, a responsabilidade política exige amadurecimento, responsabilidade, mas informação, saber o que se está votando. Esta comissão, as outras comissões, todas se reúnem, e, para mim, é dignificante, e muito verdadeiro, o que eu falarei, pois não fora nunca, desta forma, sendo aberto ao público, entrando quem quiser, nas reuniões das comissões. Hoje, votaremos uma determinação do Tribunal de Contas, não estamos brincando, de criar cargos. É uma determinação: senhor Prefeito, suas contas não serão aprovadas. Eu quero um Controlador Interno, quero um cargo de Controlador, Auditor, Interno, diz o TC. Acho que isto basta. Muito obrigada”. Com a palavra, o Vereador Géron Luiz Rossi Junior: “Senhores Vereadores, eu fui o relator deste projeto, muito discutido, nesta Casa, falando-se dele, até, em outra sessão. Nós temos dois tipos de Controles. Exercemos um, sendo ele o Controle Externo. A Câmara exerce o Controle Externo, da Gestão Municipal, com o Auxílio do Tribunal de Contas, sendo ele, sem função de julgamento, pois quem julga, é esta Casa, e o Tribunal de Contas, auxilia, dando seu parecer, para nós, Vereadores, aprovarmos ou não, as contas. Ou seja, o Tribunal de Contas é um Órgão de auxílio à Câmara Municipal. Além desse Controle Externo, sendo também, desenvolvido pelo Ministério Público, e outros órgãos de fiscalização, é necessário o Controle Interno, sendo este, uma exigência. Falamos disso há muito tempo, porque, na nossa Lei Orgânica, já consta a necessidade do Controle Interno, sendo ele, aquilo



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

que está disposto na lei. Existe, há alguns anos, a exigência do Tribunal de Contas, que vem de outras gestões, e já está funcionando o Controle Interno, na prefeitura, mas não da forma, como o Tribunal de Contas orienta aos Municípios, ou seja, primeiro, através de uma lei, que disciplinasse, quais as obrigações de um controlador interno, e qual a estrutura do controle. Hoje, já temos a estrutura física, com funcionários públicos, realizando o Controle Interno, sob FG. Só para vocês terem uma ideia, todos os repasses às entidades, ao terceiro setor, à Santa Casa, passam, obrigatoriamente, pelo controle interno, todos os recursos, compras também, devem passar, por ele, para ver se há falhas, apontar irregularidades, má gestão, enfim, tudo isso é atribuição do Controle Interno. É uma exigência, do Tribunal de Contas, e desta Casa, também. Está se exigindo. Para que exista o controle interno, precisamos ter lei. O Município vem sendo mais cobrado, do que a Câmara, na verdade. A Prefeitura já implantou, o Controle Interno, e vem desenvolvendo o Projeto, mas está sendo cobrada, para que regulamente seu controle, e mais, que o auditor interno seja funcionário de carreira. O Tribunal de Contas, então, pede que seja regularizada a situação. Estamos criando cargos, hoje, de carreira, para fazer concurso público, não estamos criando cargos comissionados, pelo contrário, estamos corrigindo o que era feito até hoje. Se o Controle Interno for desenvolvido por funcionários, de carreira, o secretário, ou o responsável, por este setor, poderia até ser um de fora, um comissionado. Há uma correção, na lei, permitindo que as três vagas criadas, preenchidas por um Concurso Público, por chamamento, dos concursados. Três, 40 horas semanais, chamando-se Auditor de Controle Interno, graduado, em Administração, Ciências Contábeis, Direito, ou Economia, com diploma, devidamente registrado. Nós estamos criando, primeiramente, uma estrutura, da Controladoria Geral do Município, como se estivéssemos criando uma secretaria, com todas as atribuições, e os cargos de carreira, com concursados, para que, no futuro, possam se substituir os cargos, que são, hoje, de outras funções, e que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

recebem FG, para poderem exercer essa responsabilidade, na administração pública. Este é um projeto muito importante, que vem, para aprimorar a Gestão Pública. O Controle Interno é necessário, é uma exigência, fundamental, para a gestão, para que existam pessoas, independentes, dentro da administração, as quais apontem, para secretários, para o prefeito, com autonomia, para apontar os erros, as falhas, até sob pena de serem responsabilizados, conforme a lei, se o controle não for feito, de acordo. É uma lei, que, se analisarmos, existe em outros municípios, e a própria tendência, das exigências do Tribunal de Contas, ela é fundamental, para que o município não erre tanto. Outra coisa, que gostaria de ressaltar, sobre o Tribunal de Contas. Quando ele vem fazer a fiscalização, ele faz, por amostragem. Assim como contratos, do setor de Licitações e Suprimentos, ele pegará alguns, contratos, irá apurar, apontar, se há alguma irregularidade, alguma falha, e o Controle Interno, precisa ser estruturado, para analisar tudo, com independência e autonomia. É um grande avanço, para os Gestores Públicos, dentro, daquilo que queremos, que funcione, com transparência. Por conta disso, é importantíssimo, o Controle Interno, de uma Gestão, seja ela, municipal, estadual, ou federal. Meu voto é favorável, e acho que nós temos que analisar bem, e votar, para que isso, possa ser implementado no Município, da forma como foi apresentado, pelo Executivo”. *Questão de Ordem*, o Vereador Tiago César Costa requereu, “ex-vi” do disposto no Artigo 155, VI, combinado com o Artigo 183, §2º, do RI, Votação Nominal, para o Projeto de Lei Complementar nº 08/2018, o que foi submetido a votação, pelo Presidente da Câmara, e aprovado, por unanimidade dos Vereadores presentes; Continuando, em discussão, fez uso da palavra o Vereador Samuel Nogueira Cavalcante: “Boa noite, mais uma vez, senhor Presidente, Vereadores, público e imprensa. Vamos lá, o discurso da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros foi interessante, esclareceu algumas dúvidas, que eu tinha, e entendo, perfeitamente, os apontamentos do Tribunal de Contas, eles



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

têm que ser sanados. O Tribunal está lá, para fazer os apontamentos, mesmo. O Doutor Gérson veio, e esclareceu muito mais. Muito bom. O problema e o grande problema é de cunho moral. Vamos ler e, em seguida, a este Projeto, votaremos um outro projeto, em que se cria uma Secretaria. Vamos refletir. Nós temos muito tempo, e o bom, de se discutir o Projeto, é que a campanha não toca. Secretaria de Administração, Secretaria de Governo, Secretaria de Finanças, Secretaria de Negócios Jurídicos, Secretaria de Suprimentos e Qualidade, eu sei, chegarei lá. Secretaria de Mobilidade Urbana, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Educação, Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras e Habitação Popular, Secretaria de Planejamento Urbano, Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Serviços Municipais, vamos parar, né?! O Estado tem que diminuir, o que é isso?! Nós vamos criar mais cargos?! Então, vamos começar, fazendo, primeiro, uma faxina, nas Secretarias Municipais. Vamos lá, vamos começar exonerando, uma batelada de comissionados. Eu já fui um, sei que não é fácil, mas a máquina não suporta, ninguém aguenta segurar um Estado desse tamanho. O Prefeito quer uma controladoria, para que as contas dele sejam aprovadas, então, que comece remanejando. Por exemplo, fiz um rascunho aqui, rápido, gastei quatro minutos para fazer. A Secretaria de Administração, pode incorporar Gerências, a Secretaria de Governo, que não tem função nenhuma, pelo menos, em Mogi Mirim – não estou falando do resto do Estado, é inoperante. Esta é a palavra, para a Secretaria de Governo, que, quando mexe, dá problema, toda vez que aponta algo, dá problema. Incorporem a Secretaria de Governo, incorporem a Secretaria de Suprimentos e Qualidade, de Tecnologia de Informação, e a Secretaria de Comunicação, cinco reduzidas, em uma. Secretaria 2: Secretaria de Obras. Não precisa, nem pôr o próximo projeto, em pauta, porque será resolvido agora, pode



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tirar e tirar da pauta. Secretaria de Obras, incorpora-se, com Gerência. A Secretaria de Serviços Municipais, a Secretaria de Planejamento Urbano, e a Secretaria de Mobilidade Urbana, duas Secretarias. Secretaria 3: Secretaria de Educação. Tem dinheiro para dedéu. Incorporem a Secretaria de Esportes, transformem-na, em uma Gerência”. Neste ponto, o Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, interrompeu o orador, para lhe pedir que se atentasse ao assunto objeto da discussão do projeto de lei complementar. Prosseguindo, o Vereador Samuel Cavaltante disse: “Estou falando do Projeto, que será votado, no qual estamos criando cargos, e estou falando de cargos, esta é prerrogativa. “Então o Senhor só cita os cargos, mas não precisa ficar discutindo”, respondeu o presidente. Retornou o vereador: “Mas como que é? A fala agora é toreada? Não entendi. Estou seguindo o regimento, nós vamos falar da Controladoria, entendeu?! Secretaria de Educação, incorpora a Secretaria de Esportes, e incorpora a Secretaria de Cultura, porque tem muito dinheiro, vai resolver muitos problemas. Em respeito ao Senhor, não vou concluir as outras, nessa fala, na próxima fala, eu volto. Pessoal, é o seguinte: se o Prefeito quer criar novos cargos, comece, limpando, comece, livrando-se do peso, que ele arrasta, porque é inadmissível esta Casa aprovar uma lei, para que ele possa onerar mais o bolso do contribuinte, não dá! Eu volto, na segunda fala, Senhor Presidente, quase um comunismo, aqui”. Continuando, em discussão, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo: “Boa noite a todos. Eu volto a repetir: o exemplo da Argentina, que está numa crise terrível, e qual foi a medida, do Governo Argentino? Reduzir, pela metade, seus Ministérios. Pedagogicamente, falando, quando você vai ensinar uma criança, você não pega, simplesmente, o livro, demonstra a capa, e acabou. Não. Você tem que discorrer sobre o conteúdo, explicar os prós e os contras, e é isso. Independente de quem esteja nesta tribuna, tem que se respeitar a fala do vereador, independentemente, de sua sigla, pois estamos desenvolvendo o assunto e, para que isto aconteça, às vezes, temos que, sim, coletar outras



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

informações. Isto não pode ser retirado, de maneira alguma, a democracia, nesta Casa. A fala é a primeira delas, o desenvolvimento do raciocínio, também, argumentos contra e prós, isto é democracia. Temos sim, que respeitar, todas as falas. Já abro meu voto, sou contra esse projeto, e o próximo, também. Mas que fique o protesto, registrado. Temos que ser ouvidos, e retaliação nenhuma, nesta Tribuna. É o momento da democracia ser desenvolvida, ser exercida, melhor dizendo, independente se somos contra, ou a favor, do Projeto. Ninguém tem o direito, de nos interromper. Tem o direito, sim, de discordar da fala, com respeito e educação. Prevalecendo, a democracia. Boa noite”. Finda a discussão da matéria, o Sr. Presidente deu início à votação, pelo processo Nominal e, para isso, solicitou ao Sr. 1º Secretário que procedesse a chamada dos Srs. Vereadores, “ex-vi” do disposto no Artigo 183, § 2º, do Regimento Interno, os quais, um a um, dirigiram-se à tribuna e verbalizaram favoravelmente (SIM) ao projeto, ou contrariamente (NÃO) ao projeto. Após o último Vereador, o Sr. 1º Secretário proclamou o seguinte resultado: os Vereadores Alexandre Cintra, Cristiano Gaioto, Geraldo Vicente Bertanha, Gérson Luiz Rossi Júnior, Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, Maria Helena Scudeler de Barros, Orivaldo Aparecido Magalhães, Sônia Regina Rodrigues e votaram SIM; os vereadores André Albejante Mazon, Cinoê Duzo, Luís Roberto Tavares, Moacir Genuario, Samuel Nogueira Cavalcante e Tiago César Costa votaram NÃO; (submetido a votos, pelo Votação Nominal, em Sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por oito (08) votos favoráveis a seis (06) votos contrários, Primeiro Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 08/2018, do Sr. Prefeito Municipal); (quórum de maioria absoluta conforme artigo 184, I, §§, XVI, do Regimento Interno); (comunique a rejeição ao Sr. Prefeito Municipal); (arquite-se). A sessão foi suspensa às 21h36 e reaberta às 21h50. 6. Projeto de Lei Complementar nº 10, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a reorganização de Secretarias Municipais da estrutura



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

administrativa da Prefeitura de Mogi Mirim e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Emenda da Comissão de Justiça e Redação. *Questão de Ordem*, o Vereador Luís Roberto Tavares requereu, “ex-vi” do disposto no Artigo 155, VI, combinado com o Artigo 183, §2º, do RI, Votação Nominal, para o Projeto de Lei Complementar nº 10/2018, o que foi submetido a votação, pelo Presidente da Câmara, e aprovado, por unanimidade dos Vereadores presentes. Em discussão, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros: “Senhores Vereadores. A reorganização e a mudança de alguns tópicos se faz necessária, pelo fato, da Mobilidade Urbana, sendo apelo nacional. Hoje, as políticas públicas de Mobilidade Urbana, e eu, novamente, venho aqui, e trago aos senhores, o Relatório do Tribunal de Contas, que aponta: “O Município de Mogi Mirim, não possui um estudo, de avaliação de segurança, de todas as escolas” – tem que estar tudo anotado. “O Município de Mogi Mirim não possui uma estatística, sobre o número de acidentes de trânsito”. Hoje, senhores vereadores, este apontamento das contas, de 2017, é um pré-julgamento, chegaram agora, em 2018. Hoje, a Mobilidade Urbana, vemos na televisão, é um apelo nacional. Tínhamos aqui, na legislatura anterior, uma deficiente física, que lutou muito pelo plano de Mobilidade Urbana, chamada Vereadora Daiane. Temos que ter um Plano de Mobilidade Urbana. A questão é seríssima. E hoje, com o sufoco, o nosso Secretário José Paulo, não está dando conta. Já existia, no governo Stupp, a Secretaria de Mobilidade Urbana. Tentou-se fazer, o que foi pedido aqui. Enxugar. Mas não é possível. Foi definido, então. Quem participou das reuniões, aqui, nas quartas-feiras, sabe, que o transporte coletivo, que a política tarifária ficarão na Mobilidade Urbana. A rodoviária ficará também, na Mobilidade Urbana, bem como, o aeroporto, o qual já defenderam, aqui, ele ficará na Mobilidade Urbana. A Zona Azul, iniciando-se, em outubro. Senhores, não sabemos nem a estratégia correta. Já peço, aqui, até a presença deles, para saber, de que forma será. Será com aplicativos e terá



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

parceria, com os Marronzinhos. Nós precisamos nos informar. Em outubro, inicia-se e serão quinhentas vagas de Zona Azul, a Fênix, a Integração. Fizemos, então, a relação, de como está sendo necessário redigir as políticas públicas, regularizar, gerenciar, fiscalizar o sistema de trânsito, onde os terminais são uma luta. Há apenas uma mudança, na Secretaria de Meio Ambiente, e nela estarão o Horto Florestal e o Zoológico, isso não constava. E o Secretário José Paulo fica com as políticas de limpeza, recolhimentos de lixos, planejar, gerenciar os serviços de limpeza urbana e destinação, isso é muito importante, ou seja, a destinação final dos resíduos, e que tem sido uma política cobrada, pelo Tribunal de Contas, o encaminhamento dos nossos lixos, dos nossos resíduos, a iluminação pública fica também. Houve uma reorganização, o Prefeito não vai buscar ninguém de fora, e ele não esconde, o responsável será o nosso servidor público, concursado, ex-vereador, ex-secretário, Fábio Mota, que, aliás, já vinha exercendo isso, porque, realmente, o secretário está sufocado, e estive lá, outro dia. Então, Senhores Vereadores, não se trata de brincar de criar cargos, é uma exigência do Tribunal de Contas. Todas essas políticas públicas, as quais não ocorriam antes, são necessárias, para que os nossos fiscalizadores, que são do Tribunal de Contas, se informem melhor, sobre tudo isso. Eu, nunca, em vinte anos, tive que estar aqui, mostrando como está a segurança da Escola Maria Bueno Amoêdo Campos, como está sendo feita, o local, onde mais há desastres, acidentes. Tudo isto, tem que ser reescrito. Isto é uma nova exigência, do Tribunal de Contas, portanto, senhores vereadores, é preciso que saibamos, que o que discutimos aqui, não será criação de cargo de gerente, é, apenas, a divisão da Secretaria de Serviços, para a Secretaria de Mobilidade Urbana. Muito obrigada, Senhor Presidente". Com a palavra, o Vereador André Albejante Mazon: "Eu me lembro, quando o Fábio Mota estava na Secretaria, ninguém achava que precisava dividir a secretaria, pelo contrário, eu cansei de ver todo mundo, inclusive, eu, elogiando o Fábio Mota, nesta tribuna. Os Vereadores da oposição elogiavam



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Fábio Mota, e vocês sabem o porquê? Porque o Fábio Mota, dava conta, sozinho, não precisava dividir, em duas secretarias. O que aconteceu, foi que, tiraram Fábio Mota e, por acordos políticos e costuras, colocaram uma pessoa, que não dá conta, um incompetente, e, agora, não se pode mandar ele embora, por conta dos acordos, costuras. Mas precisamos de alguém, que resolva o problema, e querem trazer o Fábio Mota, de volta, mas não se pode mandar embora o incompetente, então, vamos dividir e fazer uma secretaria nova. É isto, que está acontecendo. É fácil. Alguém, aqui, reclamava do Fábio Mota, antes? Não. Agora, a Secretaria é muito grande, o outro não dá conta. Eu não lembro de ninguém reclamar do Mota, aqui, antes, de que ele não estivesse dando conta, pelo contrário, ele era muito elogiado, nesta tribuna. Falou-se, na outra discussão, do voto consciente e do voto político, e a diferença. Quero ver, quem vai justificar, um voto, para a criação de mais cargos, nesta Prefeitura? Para o atleta, ou para o artista, nesta cidade. O próprio Secretário de Governo, fala, que não investe em cultura e não investe em esporte, porque a prioridade é a saúde, e aí, você justificará como? Porque não é saúde, estamos criando cargo, para outra área. Quero ver como justifica isso, para dar este voto. É isso. E meu voto já está declarado, contrário, obviamente”. Fez uso da palavra, a Vereadora Sonia Regina Rodrigues: “Boa noite, novamente. Falando, também, do Fábio Mota. Só tenho a elogiá-lo, pelo trabalho e competência executados, nesta Prefeitura, neste mandato, pelo pouco tempo, que ficou. Quero antecipar meu voto, entendendo tudo, que foi explicado. Vereadora Maria Helena, achando muito justo, tudo que você disse, sobre Mobilidade Urbana, Limpeza, muito aplausível, tudo isso. Gostaria de dizer, que temos muitos funcionários, concursados, dentro da Prefeitura, competentes, que estão “na geladeira”, os quais poderiam ter, sim, um FG, decente, poderiam exercer, com muito mais responsabilidades, poderiam colaborar, muito mais, com esta administração, e, infelizmente, esses funcionários estão esquecidos. Este



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

projeto, ao meu ver, desfavorece o funcionalismo público, competente, funcionários que continuaram estudando, se formando, se capacitando. É por isso, que não concordo, mas, toda função, que será exercida, é de extrema importância, e tem que ser estudado, sim, mas colocando funcionários de carreira, nessa função. Boa noite”. Ainda em discussão, usou da palavra o Vereador Geraldo Vicente Bertanha: “Senhor Presidente, volto à Tribuna, para dizer, novamente, que existe o voto consciente e o voto político. O voto consciente é daquele vereador legislador, que estuda os projetos, que lê o projeto, e que entende o projeto, o mínimo, pelo menos, das leis, que regem o nosso Município, pelo menos, a LDO, que rege, e as Leis Financeiras do Município. Nós precisamos parar de dizer, que, se for criada a Secretaria de Mobilidade, será retirado dinheiro do Esporte, será retirado dinheiro da Saúde, porque uma coisa, não tem a ver com outra, cada secretaria é uma. Quantas vezes já foi discutido, aqui, que não dá para desviar dinheiro da Cultura, para o Esporte, que não dá para desviar dinheiro da Educação, para a Cultura, não tem como. Cada um possui sua legislatura, cada um tem seu organograma. Como vamos dizer, aqui “quero ver justificar, o voto, a favor ou contra, para o esportista, que não tem dinheiro, para a saúde, que não tem dinheiro”? A Saúde até que tem dinheiro, talvez, precise ser mais aproveitado, mas tem. Dizem: “para a Cultura, que não tem dinheiro, para a Promoção, que não tem dinheiro” e uma coisa não tem nada a ver, com a outra. Estou aqui, e estou olhando, se é, ou não, interessante, para o Município, ter a Secretaria de Mobilidade. É isto, que estamos discutindo. E não tem como dizer, que nós vamos criar uma secretaria, e tirar dinheiro da outra, onde está escrito isso? No projeto, pelo menos, que eu li, não está escrito isso, e se estivesse, eu votaria contra. Só isso, Senhor Presidente”. Com a palavra, o Vereador Samuel Nogueira Cavalcante: “Mais uma notícia boa, na noite. Vereador Geraldo Bertanha, resolvemos o problema do senhor. Vou explicar, para o senhor, porque o senhor votará contra, então, o senhor queria saber. Não existe uma secretaria. Pensa. Não



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tem, mas tem-se um orçamento, então, daí, vamos criar uma secretaria. Não existe, o dinheiro sairá de onde? Não existe, não tem ninguém aqui, não existe. Nós temos o orçamento, de não sei quantos milhões, divididos entre: Saúde, Educação, Esporte, lá, lá, lá. Aí, não tem essa Secretaria, vai sair de onde, o dinheiro? Resolvi seu voto, pode votar contra, conscientemente, porque sairá da Saúde, do Esporte, do Gabinete, porque o dinheiro não brota, em árvores, lá, no Horto Florestal, o dinheiro tem que sair do orçamento. Você vai criar uma secretaria inteira, e de onde virá? Eu não gosto de falar. Apesar do Senhor Presidente interromper, aqui é um parlamento, nós temos que desenhar, tem que falar, aqui, nem que for, para virar a noite. É dinheiro público, é dinheiro do contribuinte, pai de família, do cidadão de bem. Eu tenho dificuldades, na oratória, eu não sou bom nisso, por isso, não gosto de falar, mas me sinto obrigado, porque isso fere minha consciência. Um ano e meio, com o Fábio Mota, na Secretaria, e não tivemos nenhum problema. Ele é meu amigo, amigo pessoal. Fez-se uma manobra, mandaram ele embora, ele é servidor. Puxaram o José Paulo, filiaram-no, num partido político, para lançá-lo candidato, nomeia-se secretário, lança-se um projeto, de novo, na Casa. Vocês estão brincando? Fala, para mim, que isto não está acontecendo aqui? Venha alguém aqui e fale: “Samuel, para, que é mentira”. O que é isso?! Vocês estão brincando, com a população?! É dessa maneira, que vamos tratar o pai de família, o pedreiro, o mecânico, o cara, que paga seu IPTU, em dia, os seus impostos, tudo em dia? É assim, que vamos tratar o dinheiro dele?! Põe a mão na consciência, pessoal, nós temos mais dois anos e meio de mandato, isso voa. E uma vez, falaram assim: “Ah, mas a população tem memória curta”. Mas nós faremos questão, de mudar isso, na eleição. Põe a mão, na consciência! Nós estamos rasgando o dinheiro do contribuinte. Nem Jundiaí, com o orçamento, de quase um bilhão e meio de reais, tem uma estrutura de organograma igual ao nosso, em Mogi Mirim”. Fez uso da palavra, o Vereador Cinoê Duzo: “Mais uma vez, boa noite a todos. Projeto de Lei Complementar nº



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

10/2018, dispondo sobre a reorganização de secretarias municipais da estrutura administrativa, da Prefeitura de Mogi Mirim. Bem, pelo que foi dito, aqui, entre prós e contras, entende-se que, após a criação, desta secretaria, tudo, na cidade, será resolvido. A taxa de iluminação será responsabilidade dessa secretaria. Se estivesse escrito, “após a criação dessa secretaria, ou da reorganização dessa secretaria, fosse extinta, acabada a taxa da iluminação” – aquele absurdo, da taxa de iluminação, se estivesse escrito isto, no projeto, eu pensaria diferente. Reorganizou, acabou-se, com a taxa de iluminação. Foi dito aqui, também, sobre o transporte público, desta empresa, a qual me recuso a falar o nome, para a qual eu não farei propaganda, que ela será de competência dessa secretaria, caso seja aprovado a reorganização. Se estivesse escrito, que “após aprovado o projeto, a tarifa do ônibus seria reduzida” – estava a R\$ 3,50 e foi, para R\$ 4,20, se estivesse escrito isso, no projeto, ou que constasse nele, “após a reorganização, a tarifa do transporte urbano, da cidade, será reduzida”, opa! Eu votaria. Zona Azul: não tem regras, como?! Licitatório, aprovado, tal, espera aí, tem que ter regras, tem que ter os tópicos, os critérios. Então, está ficando muito claro, que, assim que começar a aplicabilidade, desta Zona Azul, será um sururu. Deve-se ter critério, gente. Só estes três pontos, estes três tópicos: 1. A taxa de iluminação, 2. A redução da tarifa do ônibus e 3. Regras claras, com a Zona Azul. Se pagará caro, sim. Se o transporte público fosse tão rápido, eficiente e íntegro, como foi Ayrton Senna, como foi citado aqui, aí sim, a população estaria segura. O Rubinho não, porque ele nunca chega. Olha, pode ser um bom trocadilho, desta empresa, mas não faria, seria desrespeitoso ao Rubinho, que também é nosso ídolo, apesar de nunca chegar, mas ele é simpático. Fica aqui, registrado, e já abro meu voto: não, a este projeto de reorganização, não. E só para finalizar: respeito a decisão de todos, isso é democracia. Não vou colocar em xeque, ou saia justa, ninguém, de jeito nenhum. Isso é democracia, e temos que respeitar a opinião de cada um, independentemente, do ponto de vista, se somos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

contra, ou a favor. Isso é democracia, não coloquemos, em xeque, a opinião, dos nobres pares. Temos que começar a democracia e o respeito, de cada um, todas as nossas decisões, e, principalmente, logicamente, na finalização do voto. O voto tem que ser muito bem respeitado, não pode sofrer ataque pessoal, de jeito nenhum. E lembrando, que a Câmara passada – prestem muita atenção, a Câmara, passada, no que difere, desta daqui. Na anterior, os ataques pessoais eram constantes. Não se levava a nada, e só fortalecia, aquele infeliz, daquele moleque, do Stupp. O que é o plano de Maquiavel: enfraquecer o grupo e dominar o grupo. Então, ataques pessoais, de jeito nenhum. Repudio, desde já, pois respeitamos o voto de todos. Boa noite e obrigado”. Com a palavra, Vereador Gérson Luiz Rossi Junior: “Senhores Vereadores, eu também fui relator deste Projeto, e muito me estranha. Gostaria até, de que alguém, também, pudesse vir aqui, explicar, porque acho que nós não estamos falando do mesmo projeto, estamos falando de coisas distintas, aqui. Só, se eu estiver com problemas psiquiátricos. Primeiramente, nós não estamos falando de orçamento. Secretarias, organização, o bolo, que chama-se Prefeitura, onde há várias fatias. Hoje, estão divididas, em dezoito fatias, serão divididas, em dezenove fatias, o mesmo orçamento. Aquela fatia, que representava a Secretaria, acho que, de Serviços, está sendo dividida, em duas, e o orçamento acompanha. Será dividido, em duas secretarias. Nós teremos: serviço de iluminação, serviço de limpeza, serviço, do que for, de cada secretaria. A atribuição será, o que hoje está numa secretaria, só, será dividida, para duas. Ou estou falando loucura aqui?! Não estou entendendo, aonde querem me convencer, que, não é isso, que está escrito aqui. Então, estamos tirando de Esporte, Saúde? Não! Estamos dividindo uma estrutura administrativa, e os funcionários, que já cuidam de limpeza, continuarão cuidando de limpeza, os funcionários de iluminação, irão continuar, na iluminação. Todas as atribuições, de todas as secretarias, vão continuar, com as mesmas coisas, só serão divididas, em duas secretarias, com as suas atribuições, com



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

um secretário, cada uma. Eu odeio discutir reorganização, “personograma”, isso é terrível, porque estamos discutindo nomes, antes de aprovar. Isso é terrível, não seria bom, que a gente estivesse nessa discussão, fazendo isso. Mas, Fábio Mota seria o único acréscimo. Eu acho, que nem dará acréscimo, nesta lei, porque ele é funcionário de carreira, de biênios, quinquênios, sexta-parte. Já é comissionado, e, sendo nomeado secretário, eu nem sei, se vai receber valor a mais, porque muitos secretários, hoje, que são de carreira, abrem mão do valor do salário de secretário, porque já, na função, de carreira, ganham o equivalente a um Secretário. Então, eu não estou vendo, onde, neste projeto, do qual fui relator. Eu li e faço o meu relatório, aquilo que está escrito, e aquilo que está, no projeto, e não tenho medo de foto, em rede social. Estou defendendo aquilo, que está escrito, que é uma reorganização, que é atribuição do prefeito, porque só ele, pode mandar um projeto de lei complementar, para a Câmara, para dizer: “eu quero governar a Cidade, desse jeito, com as atribuições divididas, desta forma, com o orçamento dividido, dessa forma”. Assim foi, com Paulo Silva, com Carlos Nelson, com Gustavo Stupp, com cada um, que foi prefeito municipal, que governou, da forma como quis, porque é atribuição de prefeito organizar, dividir as atribuições. Quero reforçar, primeiramente, que não estamos falando em orçamento, não estamos tirando dinheiro de lugar algum, este projeto de lei não vai trazer ônus, a não ser, caso exista alguma diferença salarial a Fábio Mota, que eu nem sei se há, pois, as razões já foram ditas aqui. Projeto de Lei, dando algumas atribuições, a outras secretarias, como o Horto Florestal. Questões, que irão surgir, durante a dinâmica de um governo, as quais precisam ser incrementadas, para que cada um saiba a sua atribuição. Faço, então, essa defesa, nesse projeto, para que as pessoas, que estão nos ouvindo, a população, entenda, o que estamos votando, aqui. É preciso, respeitar, sim, as posições de cada um, mas, que tenhamos, também noção, do que estamos votando, e que não seja dito, aqui, coisas, as quais não estamos votando, porque eu não estou votando, o que alguns



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vereadores vieram aqui, falar nós estaríamos votando. Eu não estou. E reafirmo a minha posição, porque está escrito, e quem tiver dúvidas, venha conferir, venha ler o projeto de lei, aqui. Antes de falar, antes de julgar, antes de apontar dedos e incriminar a classe política, que já passa por um momento difícil, que já passa, por uma incredulidade, colocando coisas, as quais não são verdadeiras, para poder fazer mal juízo, para colocar os políticos, cada vez mais, no chão. É vergonhoso, a gente ter que vir aqui, e falar isso. Porque eu queria uma Câmara um pouquinho diferente, para quando desse tipo de discussões, e não isso, que estamos presenciando hoje”. Finda a discussão da matéria, o Sr. Presidente deu início à votação, pelo processo Nominal e, para isso, solicitou ao Sr. 1º Secretário que procedesse a chamada dos Srs. Vereadores, “ex-vi” do disposto no Artigo 183, § 2º, do Regimento Interno, os quais, um a um, dirigiram-se à tribuna e verbalizaram favoravelmente (SIM) ao projeto, ou contrariamente (NÃO) ao projeto. Após o último Vereador, o Sr. 1º Secretário proclamou o seguinte resultado: os Vereadores Alexandre Cintra, Cristiano Gaioto, Geraldo Vicente Bertanha, Gérson Luiz Rossi Júnior, Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, Maria Helena Scudeler de Barros, Moacir Genuario, Orivaldo Aparecido Magalhães e Tiago César Costa votaram SIM; os vereadores André Albejante Mazon, Cinoê Duzo, Luís Roberto Tavares, Samuel Nogueira Cavalcante e Sônia Regina Rodrigues votaram NÃO; (submetido a votos, pelo Votação Nominal, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por nove (09) votos favoráveis a cinco (05) votos contrários, Primeiro Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 10/2018, do Sr. Prefeito Municipal); (à sanção do Sr. Prefeito Municipal); **“ex vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172, do Regimento Interno:** 7. Projeto de Lei nº 56, de 2018, de autoria da Vereadora Sônia Regina Rodrigues, “dispondo sobre a instituição do Programa “Doe, ou Adote um Ponto de Ônibus”, no âmbito do Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Obras, Serviços Públicos



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

e Atividades Privadas. Com a palavra, Vereadora Sônia Regina Rodrigues: “Boa noite, novamente. Esse Projeto de Adote um Ponto de Ônibus, referente à realidade, que Mogi Mirim vive, hoje, de não ter um ponto de ônibus decente, para as pessoas poderem ficar aguardando o ônibus, e, muitas vezes, questionam o atraso. Temos locais, em Mogi Mirim, que não têm nem calçada, ficando a pessoa, na terra, esperando o ônibus passar, e esse projeto de adoção faz com que a empresa, de iniciativa privada, possa colocar uma propaganda, dela, adotando um local, e mantendo-o limpo e organizado, para quem estiver ali, aguardando, não sofra. É isso que quero defender, que é um projeto que eu acho interessante para a população, não vai gerar nenhum ônus, ao Município, e quem ganhará será o povo. Obrigada, boa noite”. Fez uso da palavra, na sequência, o Vereador Cristiano Gaioto: “Boa noite, senhor Presidente, nobre companheira de partido, Vereadora Sônia. Este é um projeto excelente, para a cidade. Vemos esse problema do ponto de ônibus não só, em Mogi Mirim, como em todas as cidades. Às vezes, cobram a empresa, às vezes, a Prefeitura, mas há um contrato, com a empresa, rezando que ela tem que dar manutenção, e a empresa não dá, e, às vezes, no contrato, a empresa só tem que fazer o ponto, mas a manutenção é da Prefeitura Municipal. É uma solução, até criativa, Vereadora Sônia, para suprir a necessidade e a ausência de recurso público. É um ótimo projeto e parabéns à vereadora, pela iniciativa. Com toda certeza, meu voto é sim”. Fez uso da palavra o Vereador Geraldo Vicente Bertanha: “Senhor Presidente, Vereadora Sônia, venho aqui, para dizer, que não só voto, a favor, do seu projeto, bem como, também dou meu apoio ao projeto. Eu recebo, diariamente, reclamações de pessoas, as quais tomam chuva, tomam sol, nos pontos. Eu já tentei, em outras oportunidades, eu nem era Vereador ainda. Tentei buscar essa parceria, mas não existia amparo legal. Tomara que essa lei venha, para nos ajudar a resolver esse problema. Que não seja mais uma lei, a qual aprovamos e que fica lá, engavetada, mas que seja uma lei interessante, que ajudará muita gente. Tentei,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

por várias vezes, mudar ponto de ônibus, que está inoperante, e não conseguimos. Agora, sendo uma lei, acreditamos que o problema dessas pessoas seja resolvido. Há uma Senhora, Pedrina, faz quatro anos, cinco, que ela pede um ponto de ônibus, para mim, e não conseguimos. Só quero dizer a você, que apoio, e te parabenizo, pelo projeto, parabéns”. Fez uso da palavra o Vereador Alexandre Cintra: “Vereadora Sônia, parabéns, pelo projeto. Digo isso, por ser usuário de ônibus. Sei bastante, das dificuldades, que existem. Você não ter um lugar decente, para ficar, um lugar iluminado, limpo, em condições de uso. Então, em nome de toda população, da Zona Leste, região onde moro, digo: parabéns pelo projeto. Espero, assim como, o Vereador Geraldo Bertanha, que realmente o projeto saia, do papel, e que, realmente, chegue até a população, atendendo milhares de pessoas, por todos quatro cantos da cidade. Conte, com meu apoio. Meu voto, e meu apoio, é claro, que é sim. Fazendo fortalecer o Projeto, levando para mais pessoas, e para novos parceiros. Parabéns’. Com a palavra, Vereador Gérson Luiz Rossi Junior: “Também quero fazer referência a este projeto, até porque, a primeira apresentação de projeto da Vereadora Sonia, eu, como Presidente da Comissão de Justiça, devolvi a ela, para que ela pudesse adequá-lo, caso houvesse um parecer contrário. Na segunda proposta, foram, totalmente, sanadas todas as possibilidades, de se receber uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN. Enfim, o projeto ficou muito bom, para possibilitar, realmente, a doação. E revoga uma lei anterior. O Vereador Geraldo Bertanha falou uma coisa correta, ou seja, que, infelizmente, temos leis, as quais não funcionam. Com todo respeito, ao Vereador Marquinhos, que foi o autor, de ideia semelhante, na outra legislatura, na prática, não funcionou, infelizmente, assim como, muitas outras leis, de autoria nossa, ou do próprio Executivo, as quais não dão certo. Esperamos que, com a aprovação, nós consigamos ter as parcerias, porque a manutenção dos pontos de ônibus é uma atribuição do Executivo, e não atribuição da empresa de transporte coletivo, como muita gente sempre bate



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nessa tecla, dizendo: “é a Fênix, é a Santa Cruz”. O ponto de ônibus, a sua estrutura e sua manutenção são do município, e o município não consegue, busca-se, então, a parceria, com a iniciativa privada, com pessoas de boa vontade, as quais queiram adotar um ponto de ônibus e dar conforto à população, que usufrui do serviço”. Com a palavra, Vereador Cinoê Duzo: “Mais uma vez, boa noite a todos. Vereadora Sônia, parabéns, pelo projeto, com certeza, irei apoiá-lo. Também vem a encontro, de uma batalha, que tenho, já há muito tempo, que é o terminal de ônibus. Temos que ter locais adequados, dignos, locais que protejam da chuva, protejam do sol, que são os pontos de ônibus. Apenas um assento, mas, iluminados, com informações, e sendo também, explorados, pelo poder público, e revertendo-se, em recurso, cada vez mais, para melhoria à população. E fique aqui. Apresentarei o projeto, as ideias, já pedi, já fiz requerimento, reivindicação. Já mandei minuta e nada de resposta. Requeiro um Terminal de Ônibus. Também quero citar o Vereador Geraldo Bertanha, porque sou testemunha auricular, dos seus ouvintes, porque temos, em comum, muitos ouvintes, os seus ouvintes, meus amigos, e vice e versa. Nos procuraram, principalmente, o pessoal da terceira idade, porque possuem mais dificuldade, as pessoas portadoras de deficiências físicas também. Faço uma provocação, abro um parêntese, se nós passássemos um dia, com uma das deficiências físicas, que eles possuem, seja o portador de deficiência física, da mobilidade, o cadeirante, o visual, o surdo, entenderíamos as dificuldades. O Poder Executivo é aquele que tem o poder de executar, é o Prefeito e seus Secretários. Vamos deixar muito bem claro, que nós não temos o poder de executar, mas de solicitar, sim, de reivindicar, apresentar projetos, mas que saiam do papel, e entrem, na aplicabilidade, que é muito importante. Para o projeto da Vossa Senhoria, conte com meu apoio, parabéns, mais uma vez”; (submetido a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro Turno, o Projeto de Lei nº 56/2018, da Vereadora Sônia Rodrigues); (à sanção do Sr. Prefeito Municipal). Neste



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ponto, como a sessão ordinária avançasse, em sua duração, conflitando com o disposto, no artigo 105, do Regimento Interno, **o Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, no uso do artigo 105, § 1º, do R.I., prorrogou a sessão, para até o final da discussão de todos os itens da Ordem do Dia.** 8. SUBSTITUTIVO ao Projeto de Lei nº 60, de 2018, de autoria do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, “autorizando o Município de Mogi Mirim a instituir a Campanha Municipal de Prevenção de Acidentes Domésticos”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação, Educação Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. (deverá o substitutivo ser apreciado, pelo Plenário, antes do Projeto de Lei original; se aprovado, o projeto original ficará prejudicado; se rejeitado, o projeto original será discutido e votado, conforme disposto no Artigo 147, §§2º e 3º do Regimento Interno). Em discussão, usou da palavra o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: “Primeiramente, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, peço o apoio de todos, para este projeto. Senhor Presidente, veja as manchetes: “criança morre, por picada de escorpião”. “Pai compra etanol, no Posto de Gasolina, para acender churrasqueira, morre ele, morre a esposa, e ainda, atinge, com queimaduras, de mais de 70 por cento do corpo, os filhos”. “Criança morre, após tomar soda cáustica, que estava armazenada em uma garrafa de Guaraná”. Por esse motivo, Senhor Presidente, criamos este projeto, para o qual peço o apoio de todos os vereadores. Já tenho o apoio de alguns empresários. Já estamos com a cartilha 80% pronta, em conjunto, com a Prefeitura de Cambuí, também. Já estamos elaborando um panfleto, para afixar, em todos os locais públicos. Senhor Presidente, este projeto é muito importante. Explico ao Senhor, o porquê: seria uma incoerência, deixar de salvar a vida de uma pessoa, porque as pessoas não sabem, onde estará localizado o soro antiescorpiônico, onde estará localizado o soro antiofídico. Isto, porque as crianças não recebem um informativo, na escola, para tecerem comentários, com seus pais. Porque os adultos não recebem informação, por



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

terem preocupações diárias, com as suas vidas, com o trabalho. Então, elaboramos esses informativos, e gostaria muito, que esta Câmara ratificasse esse projeto, pois isso será um bem, para o povo da nossa cidade, e, até além, um bem fora dos limites da nossa cidade. Por este motivo, eu peço o apoio de todos. Muito obrigado, Senhor Presidente”; (submetido a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro Turno, o Projeto de Lei nº 56/2018, da Vereadora Sônia Rodrigues); (à sanção do Sr. Prefeito Municipal). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Todavia, por força do Artigo 105, do Regimento Interno, não houve Explicação Pessoal, por não existir tempo. *Questão de Ordem*, o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior pediu fosse guardado um **MINUTO DE SILÊNCIO** *pela perda da História, que aconteceu, no Brasil, o incêndio no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, que afetara a todos os brasileiros*. Cumprida dita providência e nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h44min do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.